



Contas Nacionais

Economia e Finanças Públicas p/ ISS-SP

Profs. Jetro Coutinho e Paulo Ferreira

Sumário

SUMÁRIO	2
APRESENTAÇÃO	3
COMO ESTE CURSO ESTÁ ORGANIZADO	6
CONTAS NACIONAIS	9
A NAÇÃO TEM CONTAS?	9
<i>Macroeconomia x Microeconomia</i>	9
<i>Objetivos da Política Macroeconômica</i>	10
FLUXO CIRCULAR DA RENDA	12
A IDENTIDADE MACROECONÔMICA BÁSICA	15
ECONOMIA FECHADA E SEM GOVERNO.....	18
<i>Produto Agregado (Oferta Agregada)</i>	18
<i>Renda Agregada</i>	21
<i>Despesa Agregada (Demanda Agregada)</i>	21
<i>Poupança</i>	22
ECONOMIA FECHADA E COM GOVERNO	23
<i>Produto: Impacto do Governo</i>	24
<i>Renda: Impacto do Governo</i>	25
<i>Despesa Agregada: impacto do Governo</i>	27
<i>Poupança: Impacto do Governo</i>	27
ECONOMIA ABERTA E COM GOVERNO	28
<i>Produto e Renda: Impacto do resto do mundo</i>	29
<i>Despesa Agregada: Impacto do Resto do Mundo</i>	30
<i>Poupança: Impacto do resto do mundo</i>	30
<i>Conceitos Adicionais</i>	31
BRUTO X LÍQUIDO	32
PRODUTO REAL, PRODUTO NOMINAL E DEFLATOR IMPLÍCITO.....	32
QUESTÕES COMENTADAS PELOS PROFESSORES	36
LISTA DE QUESTÕES	65
GABARITO	79
RESUMO DIRECIONADO	80

Apresentação



Fala aê, povo! Tudo beleza com vocês?

Aqui quem vos fala (ou escreve, sei lá! hahaha) é **Jetro Coutinho**, Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, aprovado aos 22 anos de idade, e um fanático pela matéria que estudaremos aqui no curso: a Economia.

Além de ser Auditor do TCU e Prof. de Economia e Finanças Públicas, também costumo ser bacharel em Administração pela Universidade de Brasília, pós-graduado em Direito Financeiro e Tributário e pós-graduado em Direito Administrativo. Como concursado lascado que eu era, estudava que nem um maluco e, com muito esforço, consegui a minha primeira aprovação como Técnico do Banco Central no concurso de 2009. Depois de muito estudo e de 2 anos e meio trabalhando no BACEN, eu fui aprovado em dois concursos "só o ouro": Analista de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional – Área Econômico-Financeira (2013) e no concurso para o qual eu nasci: Auditor do TCU. Aí, acabou que eu nem assumi no Tesouro Nacional, porque eu queria mesmo era ir para o TCU. E assim, com a 13ª colocação em um dos concursos mais concorridos e disputados em todo o Brasil (tem mais de 20 matérias o edital da bagaça!), eu tomei posse no TCU, aos 22 anos de idade.

Adicionalmente, também dou aulas de Contabilidade Pública, aguardando oportunidades para ministrar essa matéria.

Agora, passo a palavra para o meu brother, Professor Paulo Ferreira.



Olá, tudo bem? Me chamo **Paulo Ferreira**. Seja muito bem-vindo ao Direção Concursos. Junto do Jetro, sou responsável pelas disciplinas de Economia e Finanças Públicas aqui no site.

Sou economista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2013), bacharel em ciências contábeis pela faculdade CNEC (2018) e especialista em Finanças Públicas também pela UFRGS (2017). Desde setembro de 2017, ocupo o cargo de **Auditor do Estado, da Contadoria e Auditoria do Estado – CAGE-RS**. Antes disso ocupei por dois anos o cargo de Economista na Prefeitura de Gravataí/RS, minha cidade natal.

Entre 2013 e 2014, também fui aprovado dentro do número de vagas previstas no edital nos concursos para economista do IPERGS, do IRGA e da Secretaria da Saúde, todos na Administração Estadual. Em 2015, passei a comentar questões para o site TEC Concursos, onde tenho mais de 5.000 questões comentadas, sendo mais de 4.000 de Economia e Finanças Públicas.

É com muito entusiasmo que passo a transferir a você essa experiência adquirida nos últimos anos. Estou certo de que aliar toda esta bagagem em **resolução de questões à incrível didática** do Jetro fará com que você tenha o **melhor** curso de Economia do mercado

Opa, Jetro na área novamente!

Agora que a gente já se conhece, vamos falar da tal da Economia. Meu primeiro contato com Economia foi na faculdade, numa matéria chamada "Introdução à Economia", mais conhecida como "INTECO" ou, na minha opinião, "o diabo na terra". Cara, como eu odiei aquela matéria! Kkkkkk

Acredito que esse "ódio" inicial se deu porque, em princípio, a matéria de Economia é um pouco contra intuitiva. Ou seja, algumas coisas só fazem sentido depois de muito estudo. E, como eu não entendia muita coisa, não gostava da matéria. Óbvio, né? É bem difícil você gostar de alguma coisa na qual não é bom...

Só que eu acabei curtindo, e curto até hoje, a parte mais financeira da Administração (investimentos, trading, etc). E aí, para quem gostava desses assuntos, era fundamental que eu conhecesse a fundo a Economia. Bom, depois de deixar o mimimi e a experiência ruim com a matéria de lado, resolvi sentar a bunda na cadeira e estudar. Depois de um tempinho, a ficha caiu! Eu finalmente comecei não só a entender os conceitos, mas a aplicá-los na vida! E, finalmente, comecei a entender o William Bonner no Jornal Nacional, quando ele falava que o PIB do Brasil cresceu x% e a Balança Comercial teve superávit.

Gostei tanto da matéria que acabei sendo aprovado para o Tesouro Nacional justamente na área de... ECONOMIA! Uashuahashau

Portanto, em nossa matéria, quero te pedir o seguinte: tente aprender não só para a prova, mas para a vida! E tente enxergar como os conceitos econômicos funcionam no seu dia-a-dia.

É uma matéria super apaixonante e com certeza você vai gostar muito!

Mas também preciso mandar a real. O primeiro contato com Economia nem sempre é o melhor possível. Isso acontece porque Economia não é que nem Direito Constitucional ou Direito Administrativo, matérias mais simples, as quais você estuda, vai para as questões e acerta um monte delas.

Em Economia, o aprendizado é um pouco mais lento, mais gradual, e você vai precisar de mais maturidade nos estudos para conseguir ter um bom desempenho. Ou seja, controle as expectativas, os resultados com certeza virão, mas vai demorar um pouco mais do que você está acostumado, ok?

O lado bom é que você está aqui conosco, Jetro Coutinho e Paulo Ferreira, os melhores professores de Economia do Brasil (Auto-estima não é problema pra gente, fala aí! kkkkk). Mas falando sério, toda a nossa experiência em preparação para concursos e os milhares de alunos aprovados pelo país nos permitem desmistificar essa complicação toda e mastigar os conceitos para você.

Por isso é que ajudamos concurseiros de todo o Brasil que tem dificuldade na matéria ou que simplesmente precisam de um material que explique as coisas de uma forma diferente, sabe? Sem aquele blá-blá-bla e toda aquela linguagem formal que dá sono pra caramba.

Mas por melhores professores que sejamos (e sempre nos esforçamos muito para melhorar), não conseguiremos fazer você aprender Economia sozinhos. Afinal, precisamos muito do seu comprometimento e dedicação.

Costumamos dizer que 50% é nossa responsabilidade e 50% é sua. Prometemos que daremos 148,67% dos nossos 50%. E você? Está disposto a se dedicar no mesmo montante? Do que você está disposto a abrir mão para conquistar o seu sonho?

Infelizmente, passar em concurso não é para todo mundo, mas APENAS para aqueles que se dedicam e se comprometem a só parar quando chegarem lá.

Se você faz parte deste segundo grupo de pessoas, seja muito bem vindo(a) ao **Direção Concursos**, um lugar que torna os sonhos dos concurseiros em realidade.

Quanto ao curso, garantimos que este material não será mais um cursinho, será a sua maior chance de **aprovação**. Prometemos que, além de estudarmos bastante e nos dedicarmos aos concursos, também brincaremos e nos divertiremos muito (isto é, se você achar graça das nossas piadas! A esposa do Jetro sempre diz que elas não têm graça nenhuma, mas eu acho que ela gosta, sim. Afinal, ela topou casar com ele, haha!). E quem sabe podemos até virar bons amigos.

Neste material você terá:

Curso completo em VÍDEO

teoria e exercícios resolvidos sobre TODOS os pontos do edital

Curso completo escrito (PDF)

teoria e MAIS exercícios resolvidos sobre TODOS os pontos do edital

Fórum de dúvidas

para você sanar suas dúvidas DIRETAMENTE conosco sempre que precisar

Você nunca estudou Economia para concursos? Não tem problema, este curso também te atende. Nós veremos toda a teoria que você precisa e resolveremos centenas de exercícios para que você possa praticar bastante cada aspecto estudado. Nossa recomendação, nestes casos, é que você comece pelas aulas em PDF e, só se estritamente necessário, é que vá para as videoaulas. E fique à vontade para nos procurar no fórum de dúvidas sempre que for necessário.

Caso você queira tirar alguma dúvida antes de adquirir o curso ou conhecer mais o nosso trabalho, basta entrar em contato conosco pelas redes sociais:



Jetro Coutinho



Paulo Roberto Nunes Ferreira



Jetro Coutinho



Jetro Coutinho

Como este curso está organizado

Neste curso, nós veremos os tópicos de Economia e Finanças Públicas do último edital do ISS-SP. Apesar da última banca ter sido a CETRO, as expectativas do concurso estão todas voltadas para a banca FCC, razão pela qual utilizaremos questões desta banca para o nosso curso. Segue abaixo o conteúdo relacionado:

Curso de Economia e Finanças Públicas p/ ISS-SP – Banca FCC

Disciplina: Economia e Finanças Públicas

Conteúdo: ECONOMIA – 1. Introdução à Macroeconomia. Conceitos Macroeconômicos Básicos. Identidades Macroeconômicas fundamentais. Formas de mensuração do Produto e da Renda Nacional. O produto nominal x o produto real. Números índices. O sistema de contas nacionais. Contas nacionais no Brasil. Noções sobre o balanço de pagamentos. As contas do sistema financeiro e o multiplicador bancário. 2. Macroeconomia keynesiana. Hipóteses básicas da macroeconomia keynesiana. As funções consumo e poupança. Determinação da renda de equilíbrio. O multiplicador keynesiano. Os determinantes do investimento. 3. O Modelo IS-LM. O Equilíbrio no Mercado de Bens. A demanda por Moeda e o Equilíbrio no Mercado Monetário. O Equilíbrio no Modelo IS/LM. Políticas econômicas no Modelo IS/LM. Expectativas no Modelo IS/LM. 4. Modelo de oferta e demanda agregada, inflação e desemprego. A função demanda agregada. As funções de oferta agregada de curto e longo prazo. Efeitos da política monetária e fiscal no curto e longo prazo. Choques de oferta. Inflação e Emprego. Determinação do Nível de Preços. Introdução às Teorias da Inflação. A Curva de Phillips. A rigidez dos reajustes de preços e salários. A Teoria da Inflação Inercial e a Análise da Experiência Brasileira Recente no combate à inflação. 5. Macroeconomia aberta. Estrutura do balanço de pagamentos. Regimes Cambiais. Crises Cambiais. O Modelo IS/LM numa economia aberta. Política monetária e fiscal numa economia aberta. Política Cambial no Plano Real. 6. Crescimento de longo prazo: O Modelo de Solow. O papel da poupança, do crescimento populacional e das inovações tecnológicas sobre o crescimento. "A regra de ouro". 7. A economia intertemporal. O consumo e o investimento num modelo de escolha intertemporal. A restrição orçamentária intertemporal das famílias. A restrição orçamentária intertemporal do governo e a equivalência ricardiana. A restrição orçamentária intertemporal de uma nação e o endividamento externo.

FINANÇAS PÚBLICAS – 1. Objetivos, metas, abrangência e definição das Finanças Públicas. 2. Visão clássica das funções do Estado; evolução das funções do Governo. 4. Os princípios teóricos de tributação. 6. Tipos de impostos: Progressivos, Regressivos, Proporcionais. Diretos e Indiretos. 7. Carga Fiscal Progressiva, Regressiva, Neutra e Carga Fiscal Ótima. 8. Efeitos da ausência ou do excesso de cobrança de impostos. A curva reversa. O efeito de curto, médio e longo prazo da inflação e do crescimento econômico sobre a distribuição da carga fiscal. Ajuste Fiscal; Contas Públicas – Déficit Público; Resultado Nominal e Operacional; Necessidades de financiamento do setor público.

Como deu para ver, o conteúdo é gigante! Para cobrir este edital integralmente, o nosso curso está organizado da seguinte forma:

Data de disponibilização	Assunto da aula
22/5	1. Introdução à Macroeconomia. Conceitos Macroeconômicos Básicos. Identidades Macroeconômicas fundamentais. Formas de mensuração do Produto e da Renda Nacional. O sistema de contas nacionais. Contas nacionais no Brasil. O produto nominal x o produto real. Números índices.

29/5	Noções sobre o balanço de pagamentos. 5. Macroeconomia aberta. Estrutura do balanço de pagamentos. Regimes Cambiais.
5/6	Teste de Direção
5/6	As contas do sistema financeiro e o multiplicador bancário.
7/6	2. Macroeconomia keynesiana. Hipóteses básicas da macroeconomia keynesiana. As funções consumo e poupança. Determinação da renda de equilíbrio. O multiplicador keynesiano. Os determinantes do investimento.
12/6	Teste de Direção
12/6	3. O Modelo IS-LM. O Equilíbrio no Mercado de Bens. A demanda por Moeda e o Equilíbrio no Mercado Monetário. O Equilíbrio no Modelo IS/LM. Políticas econômicas no Modelo IS/LM. Expectativas no Modelo IS/LM.
14/6	Teste de Direção
14/6	O Modelo IS/LM numa economia aberta. Política monetária e fiscal numa economia aberta.
14/6	Teste de Direção
19/6	4. Modelo de oferta e demanda agregada, inflação e desemprego. A função demanda agregada. As funções de oferta agregada de curto e longo prazo. Efeitos da política monetária e fiscal no curto e longo prazo. Choques de oferta. Inflação e Emprego. Determinação do Nível de Preços. Introdução às Teorias da Inflação. A Curva de Phillips. A rigidez dos reajustes de preços e salários. A Teoria da Inflação Inercial.
26/6	Teste de Direção
26/7	6. Crescimento de longo prazo: O Modelo de Solow. O papel da poupança, do crescimento populacional e das inovações tecnológicas sobre o crescimento. "A regra de ouro".
28/7	Teste de Direção
28/7	7. A economia intertemporal. O consumo e o investimento num modelo de escolha intertemporal. A restrição orçamentária intertemporal das famílias. A restrição orçamentária intertemporal do governo e a equivalência

	ricardiana. A restrição orçamentária intertemporal de uma nação e o endividamento externo.
28/7	Teste de Direção
3/8	Análise da Experiência Brasileira Recente no combate à inflação. Crises Cambiais. Política Cambial no Plano Real.
10/8	1. Objetivos, metas, abrangência e definição das Finanças Públicas. 2. Visão clássica das funções do Estado; evolução das funções do Governo.
12/8	Teste de Direção
12/8	9. Ajuste Fiscal; Contas Públicas – Déficit Público; Resultado Nominal e Operacional; Necessidades de financiamento do setor público.
17/8	Teste de Direção
17/8	4. Os princípios teóricos de tributação. 6. Tipos de impostos: Progressivos, Regressivos, Proporcionais. Diretos e Indiretos. 7. Carga Fiscal Progressiva, Regressiva, Neutra e Carga Fiscal Ótima. 8. Efeitos da ausência ou do excesso de cobrança de impostos. A curva reversa. O efeito de curto, médio e longo prazo da inflação e do crescimento econômico sobre a distribuição da carga fiscal.
17/8	Teste de Direção

IMPORTANTE!! OS Tópicos a seguir serão tratados no curso dos Professores Marcel Guimarães e Sérgio Machado (por terem relação com o Orçamento Público e não com a Economia): 3. Ingressos públicos: receitas públicas, receitas originárias e derivadas. 5. impostos, tarifas, contribuições fiscais e parafiscais: definições. . 9. Lei de Responsabilidade Fiscal; 10. Classificação da Receita e Despesa Orçamentária.

Que tal já iniciarmos o nosso estudo AGORA? Separamos um conteúdo muito útil para você nesta aula demonstrativa. Trata-se deste ponto aqui do edital:

Introdução à Macroeconomia. Conceitos Macroeconômicos Básicos. Identidades Macroeconômicas fundamentais. Formas de mensuração do Produto e da Renda Nacional. O sistema de contas nacionais. Contas nacionais no Brasil. O produto nominal x o produto real. Números índices.

Simbora?

Contas Nacionais

A nação tem contas?

Imagine um grande investidor internacional que tenha muito dinheiro para investir e que está decidindo em que país vai aplicar o seu dinheiro. É claro que antes de investir o seu suado dinheirinho, ele irá reunir o máximo de informações que puder acerca dos países nos quais ele se interessa em investir. Uma fonte de informação relevante para esse investidor é justamente a Economia, pois é nela que estão registrados diversos fatores que podem orientar o investidor a tomar uma boa decisão.

Se você fosse o investidor, colocaria seu dinheiro na Venezuela, por exemplo? Você encararia a inflação de 1.000.000% (isso mesmo, 1 milhão por cento¹)? Encararia uma recessão de 15%? Qual seria sua estratégia de vendas num país onde o salário mínimo é de 36 dólares por mês?

Por que não colocar o seu dinheiro no Chile, com inflação de 2,43% (menor que a do Brasil), crescimento da Economia de 3,9% e salário mínimo de aproximados 335 dólares por mês?

Em qual dos dois países você, como investidor ou mesmo empresário, teria mais chance de fazer o seu negócio prosperar?

Perceba que essa “comparação” entre países só é possível porque podemos medir o desempenho das diversas economias de uma mesma maneira. Como dizia minha vó, comparamos bananas com bananas e maçãs com maçãs. Precisamos utilizar os mesmos critérios quando estamos comparando duas situações.

De fato, sempre há algumas especificidades no cálculo das contas de cada país, mas as Contas Nacionais³ permitem que a base de comparação entre os países seja estável o suficiente, de forma a medir o desempenho da economia.

As Contas Nacionais medem o desempenho de uma economia e fornecem base de comparação entre os desempenhos econômicos dos países.

Macroeconomia x Microeconomia

Você já viu o William Bonner falar no Jornal Nacional: “O PIB brasileiro cresceu x% no segundo trimestre, enquanto a balança comercial apresentou déficit de y% e a renda das famílias ficou estável em z%?” Pois é, todos esses fatores são medidos pelas Contas Nacionais, pois nos permitem saber como está o desempenho da Economia.

¹ Isso significa que, na média, as coisas aumentam de preço 1.000.000% em 12 meses.

² E que é rapidamente corroído pela alta inflação?

³ Ou “Contabilidade Nacional” ou “Contabilidade Social”, mesma coisa.

As Contas Nacionais são uma parte do estudo da Macroeconomia (macro = grande). Na macroeconomia, não estamos preocupados com a decisão de produção de uma empresa ou de um consumidor em específico (isto fica a cargo da microeconomia, já que micro = pequeno), mas sim com a decisão dos agentes econômicos como um todo. Ou seja, o foco de análise não é uma empresa ou setor, mas todo o país de uma vez só.

Em vez de perguntar com qual nível de produção a empresa maximiza seus lucros, por exemplo, a macroeconomia se preocupa se a produção total do país cresceu, se a economia gerou mais empregos e se houve mais exportações que importações. Não estamos preocupados com o desempenho de apenas uma empresa ou setor, mas sim com o desempenho da economia do país inteiro!

Macroeconomia: análise agregada. Foco: desempenho da economia como um todo.

Microeconomia: análise específica. Foco: interações entre empresas/consumidores e produção/preço em setores específicos.

Objetivos da Política Macroeconômica

As contas nacionais, por medirem o desempenho da economia de um país, são uma importante base de dados para o Governo, que pode, com base nesses dados, formular políticas econômicas para atender a todo o país (política macroeconômica) ou uma empresa/setor (política microeconômica).

Quando o governo deu desconto de IPI (imposto sobre produtos industrializados) para todo mundo comprar carro e/ou eletrodomésticos, ele praticou uma política econômica. Quando ele deu subsídios para alguns setores ou quando permitiu que empresas pagassem menos impostos para investir na produção (a chamada "renúncia fiscal"), o governo também pratica política econômica.

Se o governo acertar na política econômica, todos ficamos contentes, pois a Economia se desenvolve. Se ele errar, a sociedade como um todo sai prejudicada (exceto os "privilegiados", que conseguiram os benefícios governamentais), já que a economia será penalizada com menor crescimento, maior desigualdade, etc.

Pelo menos na teoria, todo governo tenta acertar nas políticas econômicas. O "acertar" aqui é conseguir atingir os objetivos da política macroeconômica, que são:

- **Alto nível de emprego:** "emprego" é a utilização dos recursos na economia (inclusive a mão de obra dos trabalhadores e as máquinas/equipamentos empregados na produção de bens/serviços). Ou seja, quanto mais empregarmos os recursos na economia, maior será a possibilidade de essa economia se desenvolver. Se há desemprego, é porque há recursos na economia que não estão utilizados (um trabalhador que não consegue trabalho ou uma fábrica de automóveis que não está sendo utilizada para produzir, por exemplo), o que constitui em uma questão a ser resolvida pela política macroeconômica.
- **Estabilidade de preços:** A macroeconomia tem que permitir que os preços sejam estáveis, ou seja, que eles sejam minimamente previsíveis. Para isso, a macroeconomia tentará controlar a inflação, que é o aumento generalizado de preços.
Houve épocas em nosso país que a inflação chegou a quase 500% ao ano. Com uma inflação tão alta assim, a renda dos trabalhadores é corroída (pois os preços sobem muito) e não é possível

fazer planejamento financeiro (se você deixar para comprar no mês seguinte, por exemplo, seu poder de comprar já diminuiu muito, pois os preços aumentaram pra caramba de um mês pro outro). Financiamento, então, pode esquecer.

- **Distribuição da renda:** Não adianta termos muito dinheiro se ele ficar na mão de poucas pessoas. Um objetivo da política macroeconômica é justamente aumentar a igualdade na distribuição de renda. A questão aqui é como fazer isso. Salário mínimo, por exemplo, é uma forma de política macroeconômica de distribuição de renda, mas ele pode causar desemprego no mercado de trabalho. É que, se ele for elevado artificialmente, os custos das empresas aumentam, o que faz a oferta ser reduzida. Com menor oferta, as empresas produzem menos (e, portanto, demitem trabalhadores, aumentando o desemprego) e os preços como um todo sobem. Este objetivo, no entanto, é muito importante de ser perseguido, pois pode elevar o padrão de vida da população.
- **Crescimento econômico:** Da mesma forma que um país rico, mas desigual não é adequado, um país igualitário, mas pobre, também não é. Ou seja, de nada adianta um país rico e desigual ou um país pobre e igual. Com isso em mente, um outro objetivo da política macroeconômica é fazer a economia crescer. Para isso, a economia precisará ter aumento em sua capacidade de produzir (e de empregar corretamente os recursos). Ou seja, crescer economicamente é produzir mais. Com maior produção, mais necessidades humanas poderão ser atendidas.

Esses são os quatro objetivos da política macroeconômica: alto nível de emprego, controle de preços, distribuição da renda e crescimento econômico. Todos esses objetivos visam levar o país a um grau de desenvolvimento econômico. Enquanto o crescimento econômico mede a produção de um país, o desenvolvimento econômico é um conceito mais amplo, pois abrange, além da produção, aspectos sociais como educação, segurança, meio ambiente, etc.

Um país desenvolvido economicamente precisa de crescimento econômico. E um país com crescimento econômico tem mais chances de se desenvolver.

O problema aqui, como tudo na Economia, é o chamado "trade off". Ou seja, o custo de oportunidade envolvido. É que, para perseguirmos um objetivo, talvez tenhamos que abrir mão de outro.

Se o governo estimular o alto emprego dos recursos na economia, a economia produzirá mais. Com maior produção, o custo pode aumentar. Com maiores custos, as empresas podem aumentar os preços de seus produtos, o que pode elevar a inflação, prejudicando o objetivo da estabilidade de preços. Ou seja, o objetivo do alto nível de emprego é atingido, mas o de estabilidade de preços, não.

Pode acontecer também de o governo preferir o crescimento econômico em detrimento da distribuição igualitária de renda. Ou seja, preferir "crescer o bolo" antes de "reparti-lo". Atingir um pode significar não atingir o outro. O inverso também pode acontecer: obter uma economia mais igualitária, ao custo do crescimento econômico.

Enfim, devido ao custo de oportunidade envolvido entre os objetivos da política macroeconômica (atingir um objetivo pode significar deixar de atingir outro), é que a política econômica do governo é bem complexa. É necessário fazer "malabarismos", de forma a equilibrar os objetivos, sem deixar nenhum cair. Se algum deles cair, a economia, e as pessoas que a formam, será severamente penalizada. Afinal, crises econômicas não beneficiam ninguém.

Os quatro objetivos da política macroeconômica são: alto nível de emprego, estabilidade de preços, distribuição de renda, crescimento econômico. Existe custo de oportunidade (trade off) entre esses objetivos.

Fluxo Circular da Renda

Agora que já sabemos que a macroeconomia tem como foco a análise agregada da economia e que as Contas Nacionais fornecem importantes dados para essa análise, com o propósito de mensurar o desempenho da economia, podemos avançar no nosso estudo.

O sistema econômico envolve diferentes agentes (chamados de agentes econômicos) e atividades que se interligam. O propósito dessas atividades é produzir. A produção fará com que a empresa tenha bens/serviços para transacionar no mercado. No entanto, para produzir, a empresa precisará de fatores de produção, precisará de capital (máquinas/equipamentos) e também de mão de obra (os trabalhadores).

Para produzir, então, a empresa deverá pagar uma remuneração a um fator de produção. Se for o fator de produção Terra, a empresa pagará um aluguel. O aluguel, portanto, é a remuneração do fator de produção Terra. Se a empresa quiser usar o fator de produção capital, deverá pagar juros. Juros, então, são a remuneração do fator de produção capital. E se a empresa quiser usar o fator de produção trabalho, deverá pagar o salário, remuneração deste fator de capital. Ficou faltando a renda da própria empresa, os lucros, que serão obtidos quando a empresa conseguir vender sua produção no mercado.

Quando o trabalhador vender sua mão de obra para a empresa, ele receberá o salário. E esse salário (sua renda) será usado para comprar e consumir outros bens e serviços. Ou seja, com base na produção realizada pelo trabalhador, há uma troca: a empresa fica com a produção gerada e o trabalhador com a renda de seu salário.

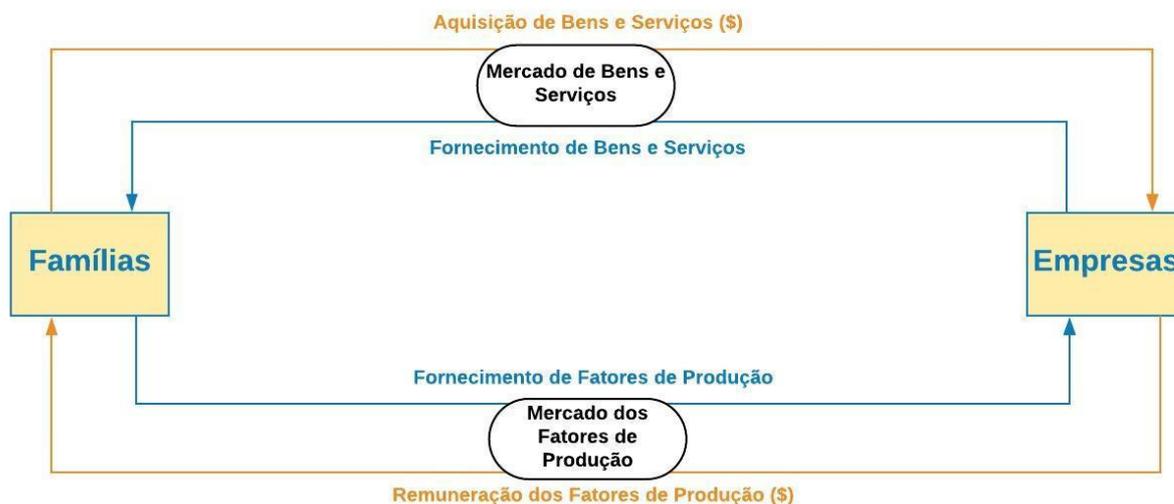
Ou seja, com a venda de seu produto, a empresa receberá renda, mas deverá pagar o salário do trabalhador (renda do trabalhador). Já o trabalhador irá ofertar sua mão de obra e contribuir para a produção da empresa, mas em troca receberá a remuneração do seu fator de produção trabalho (salário).

Repare que o montante produzido deverá ser igual à renda gerada, pois, para produzir, a empresa precisa pagar a remuneração dos fatores de produção (juros, salários, aluguéis) e, quando vender sua produção, a empresa obterá renda própria, os lucros.



Fluxo Circular da Renda: Economia Fechada e Sem Governo

Professores Jetro Coutinho e Paulo Ferreira



Agora, na vida real, sabemos que não é bem assim, pois há um agente econômico importante além das empresas e das famílias: o governo. O que vimos até agora é o que aconteceria se tivéssemos uma economia sem governo.

Caso nós acrescentássemos o governo, teríamos uma outra configuração. Isto porque o governo também exerce um papel na economia.

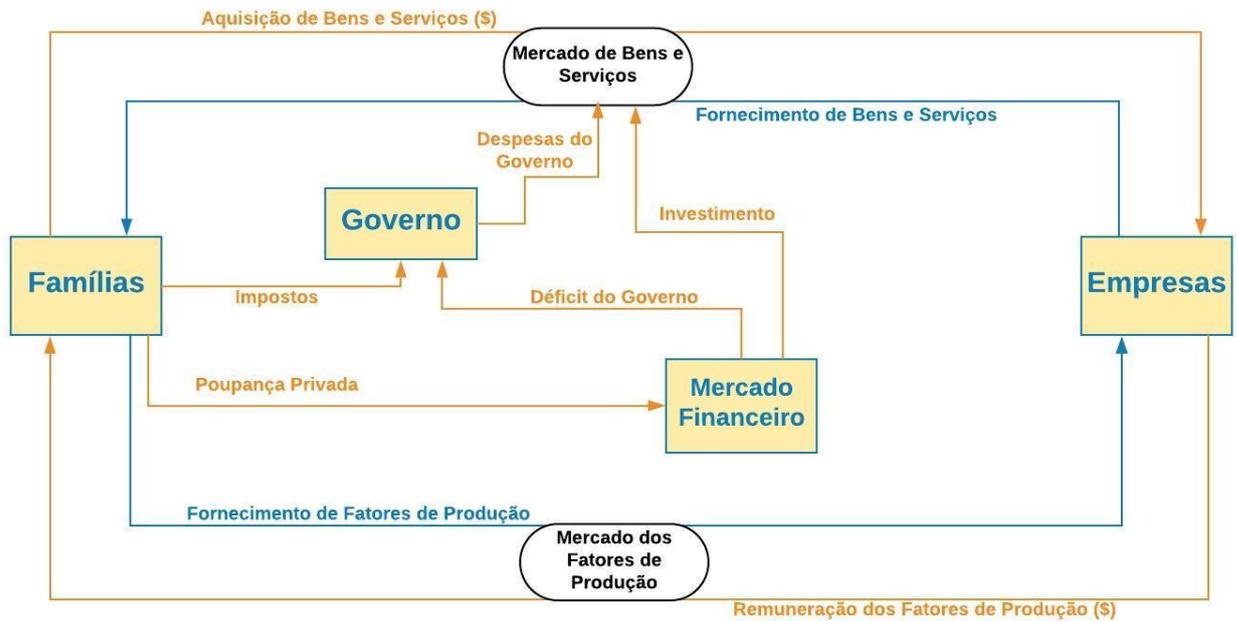
Por exemplo, as famílias, que recebem sua renda do trabalho, gastarão uma parte dela com o consumo de bens e serviços, ok, mas outra parte será gasta com o pagamento de impostos ao governo. Já o governo, por sua vez, também possuirá gastos (com servidores públicos, com computadores, com prédios, etc) e, para isso, também irá despende seus recursos no mercado de bens e serviços.

Se supusermos que as famílias também poupam uma parte de sua renda, elas farão isso por meio do mercado financeiro (comprando a ação de uma empresa, por exemplo). O mercado financeiro pegará as poupanças das famílias e investirá no mercado de bens e serviços para que as empresas possam produzir ainda mais, de forma a beneficiar toda a economia, gerando mais lucro para as empresas, mais renda para as famílias, mais impostos para o governo, mais poupança das famílias, mais investimentos, o que gera mais receita para as empresas e aí o ciclo virtuoso começa novamente.



Fluxo Circular da Renda: Economia Fechada e Com Governo

Professores Jetro Coutinho e Paulo Ferreira



Mas podemos aproximar essa ideia ainda mais da realidade. O que vimos até agora é uma economia fechada e com governo. Mas nenhum país é isolado do mundo. Os países são abertos⁴, isto é, fazem transações com outros países (outros países aqui recebem o nome na Economia de “resto do mundo”⁵).

As empresas exportam parte de sua produção e importam máquinas, equipamentos, matérias-primas... As famílias também importam bens e serviços⁶ e empresas de outros lugares do mundo podem contratar trabalhadores aqui, transferindo a renda de seus países de origem para o Brasil, por exemplo. Além disso, caso um país esteja passando necessidade, pode-se enviar ajudar humanitárias para esses países, na forma de doações (donativos).

Quando temos uma economia aberta e com governo, seu fluxo circular de renda ficaria assim:

⁴ Uns em maior grau, outros em menor grau.

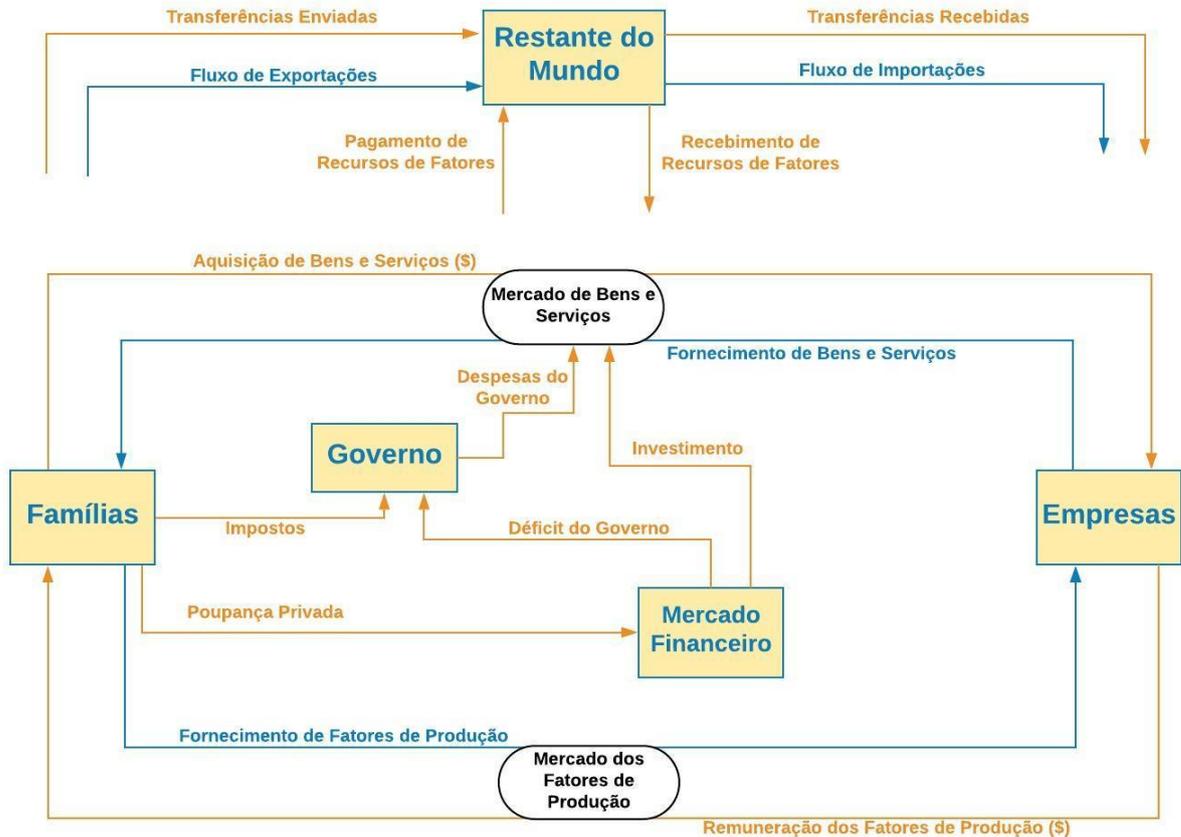
⁵ Comédia, né? Mas é assim mesmo: se um país em questão fizer transações com outros países, dizemos que esse país fez transações com o resto do mundo.

⁶ O Kindle do Jetro é importado, por exemplo. Ficou mais barato importar do que comprar em uma loja aqui no Brasil.



Fluxo Circular da Renda: Economia Aberta e Com Governo

Professores Jetro Coutinho e Paulo Ferreira



A ideia do fluxo circular de renda é ver como os agentes econômicos (famílias, empresas, governo e resto do mundo) interagem entre si e verificar como a renda na economia “gira”.

Agora, vamos ver quais são as principais contas nacionais que contabilizam essas transações todas que ocorrem em uma economia. Antes disso, porém, precisamos aprender a identidade macroeconômica básica.

A identidade macroeconômica básica

Vimos que as Contas Nacionais servem para medir o desempenho da Economia. E isso é extremamente facilitado pela ideia do Fluxo Circular de Renda (FCR).

É que o FCR permite uma conclusão muito importante: a conclusão de que $PRODUTO = RENDA = DESPESA$.

“Oxi, de onde tu tirou isso, bicho véi?” Kkkkkkkkkkkkkkkkk

Raciocine comigo: para produzir, a empresa necessitará de fatores de produção. Ela necessitará de Terra, Capital, Trabalho, etc. Só que para poder utilizar esses fatores de produção, ela precisará pagar por eles. Dizemos, economicamente, que a empresa deve remunerar os fatores de produção. Ou seja, pagar uma renda para cada fator de produção.



O fator de produção Capital gera juros. Se você tiver Capital (máquinas e equipamentos) pode emprestá-los para uma atividade produtiva e receber juros pelo empréstimo. Os juros são a renda do fator de produção capital.

O fator de produção Terra gera aluguel. Se você tiver um terreno ou um prédio, pode alugá-lo para uma empresa e receber o aluguel. O aluguel, portanto, é a renda do fator de produção terra.

O fator de produção Trabalho gera salários. Se você vender sua força de trabalho para uma empresa, receberá o salário, que é a renda do fator de produção trabalho.

Além desses fatores de produção, a empresa empregará o próprio fator dela, a chamada "capacidade empresarial". Esse fator de produção "capacidade empresarial" é o fator de produção que permite à empresa pegar todos os fatores de produção anteriores (Terra, Capital e Trabalho) e gerar uma renda própria ao vender a produção no mercado: os lucros. Ou seja, a empresa combina terra, capital e trabalho de forma a gerar lucros e, assim, expandir a produção. Pelo seu fator de produção capacidade empresarial (a capacidade de expandir a produção), a empresa será remunerada também, via lucros.

Portanto, se a renda do capital são os juros, a renda da terra é o aluguel e a renda do trabalho é o salário, a renda da capacidade empresarial são os lucros!

Ou seja, a atividade produtiva, por envolver fatores de produção, gera renda. Tudo o que for produzido deve virar renda.

Vamos supor que uma empresa venda computadores no mercado e tenha faturamento de R\$ 10.000,00. Esses R\$ 10.000,00 não vão ficar todos com a empresa, pois a empresa terá que remunerar os fatores de produção que ela utilizou para produzir os computadores.

Destes R\$ 10.000,00, por exemplo, ela pode pagar R\$ 6.000 de salário, R\$ 1.000 de aluguel, R\$ 2.500 para remunerar o dono das máquinas e equipamentos e somente os outros R\$ 500,00 ficam com ela. Perceba que o total do valor produzido (R\$ 10.000,00) é igual à renda gerada por ele (R\$ 10.000,00).

Total Produzido		Renda Gerada	
		Remuneração do capital	Juros R\$ 2.500
		Remuneração do Trabalho	Salários R\$ 6.000
		Remuneração da Terra	Aluguel R\$ 1.000
		Remuneração da Capacidade empresarial	Lucros R\$ 500,00
Total	R\$ 10.000,00	-	Total R\$ 10.000,00

Repare que, no exemplo acima, o valor da produção é igual ao valor da renda gerada!

Por isso, podemos concluir que $\text{PRODUTO} = \text{RENDA}$.

Vamos, então, continuar nosso raciocínio.

Os trabalhadores que receberam R\$ 6.000 de salário não vão ficar com esse dinheiro parado, eles irão comprar bens e serviços. Eles precisam se alimentar, precisam de vestimentas, vão desfrutar de lazer e etc. Ou seja, essa renda gerada pelo trabalho será gasta, pois se converterá em uma **despesa**. Despesa esta realizada pelos trabalhadores com a renda do seu trabalho.

O proprietário das máquinas e equipamentos (o capital) também terá uma despesa. Ele pode pegar os juros recebidos e comprar (realizar uma despesa) mais máquinas e equipamentos para emprestar e receber ainda mais juros no futuro. Ou ele pode pegar essa renda dos juros e ir passar o final de semana com a família em algum lugar bacana.

O proprietário da terra receberá o aluguel e pode despendê-lo num outro terreno ou simplesmente pegar a renda gerada pelo aluguel e ir comprar o que quiser.

Por sua vez, a empresa pode usar os seus lucros para reinvestir na empresa (tendo, portanto, uma despesa) adquirindo mais capital, por exemplo, para pagar menos juros no futuro.

Ou seja, cada agente econômico usa sua renda para consumir bens e serviços e/ou adquirir novos fatores de produção. A utilização da renda para consumir bens/serviços (consumo) ou para adquirir fatores de produção (investir) é chamada de **despesa**⁷.

Vale ressaltar que o investimento aqui na Economia é o investimento com o intuito de aumentar a produção, o chamado "investimento produtivo". E o investimento produtivo constitui despesa juntamente com o consumo.

Como essa despesa só ocorre porque os agentes econômicos possuem renda, nós podemos dizer que o tamanho da renda dos agentes econômicos vai determinar o nível de despesa que eles terão. Ou seja, quanto maior a renda, maior a despesa e vice-versa. Isso ocorre porque $\text{RENDA} = \text{DESPESA}$.

Por fim, se $\text{PRODUTO} = \text{RENDA}$ e $\text{RENDA} = \text{DESPESA}$, podemos concluir que: $\text{PRODUTO} = \text{RENDA} = \text{DESPESA}$. Essa conclusão é chamada de identidade macroeconômica básica, pois ela revela uma igualdade (identidade) básica em três agregados macroeconômicos: Produto, Renda e Despesa.

$$\text{Produto} = \text{Renda} = \text{Despesa}$$

⁷ Repare que tanto o conceito de renda quanto o de despesa são muito diferentes dos utilizados na contabilidade. Ciências diferentes, conceitos diferentes.

Vamos entrar, agora, em cada um desses agregados macroeconômicos e ver como funcionam. Vamos começar de forma bem simples, supondo uma economia fechada e sem governo. Depois, vamos acrescentar o governo e, por fim, o resto do mundo.

Economia Fechada e sem governo

Produto Agregado (Oferta Agregada)

Produto Agregado é tudo que é produzido na Economia. Mas há uma definição mais técnica, que é a de Produto Interno Bruto (PIB). O PIB é o total em valores monetários dos bens e serviços finais produzidos em um país em um determinado período de tempo.

Ou seja, sempre que medimos o PIB, estamos medindo qual é o valor que aquele país gerou em bens e serviços finais. Se o PIB do país X é 1,5 trilhão de dólares e o PIB do país Y é 2 trilhões de dólares, isso significa que a produção do país Y possui maior valor monetário do que a produção do país X. Mas vamos destrinchar essa definição.

PIB é o total em valores monetários: ou seja, medimos o PIB não pela quantidade de bens e serviços finais produzidos, mas, sim, valores monetários, dinheiro. Não nos interessa saber se o país produziu 50 carros, mas sim qual o valor monetário desses 50 carros. Por que é assim? Porque é meio complicado agregar toda a produção em quantidades diferentes. Imagine só você contabilizar número de carros produzidos, toneladas de milho, peso do Boi-Gordo, barris de petróleo e mais todos os bens de uma Economia... Melhor fazer com que todos esses produtos tenham a mesma medida: o valor monetário.

PIB é o total em valores monetários dos bens e serviços finais produzidos: Para produzir carros, é necessário aço, uma matéria-prima que será transformada durante a produção dos carros. Só que o PIB leva em consideração somente o valor do bem e serviço final. Neste exemplo, portanto, o valor do aço que é utilizado para construir o carro não é contado. Apenas é contado o valor final do carro (já com o aço incorporado). Se nós contássemos o valor do carro MAIS o valor do aço, teríamos dupla contagem (estaríamos contando o valor do aço duas vezes), o que distorceria o valor do PIB. Por isso, o PIB só leva em consideração o valor dos bens e serviços finais, ou seja, dos produtos após todo o processo de transformação da produção.

PIB é o total em valores monetários dos bens e serviços finais produzidos em um país: O PIB é calculado dentro de um país, ou seja, dentro de suas fronteiras. Podemos dizer que o PIB leva em conta aspectos geográficos. O que é produzido fora do país não tem relevância para o PIB.

PIB é o total em valores monetários dos bens e serviços finais produzidos em um país em um determinado período de tempo: Geralmente, esse período de tempo é um ano. Então, o PIB de 2045 vai incluir somente os bens e serviços finais produzidos em 2045. Em 2046, nós contabilizaremos apenas os bens e serviços finais produzidos em 2046 e assim por diante. Por isso, bens e serviços usados **NÃO** impactam o PIB. Se você comprar um carro direto da concessionária, o carro contará para o PIB. Mas se depois de um tempo você revender esse seu carro usado, este carro não contará para o cálculo do PIB. Uma outra coisa: para o cômputo das Contas Nacionais, só interessa quando um bem foi PRODUZIDO, não quando ele foi vendido. Ou seja, se foi produzido um bem no ano de 2045, o bem produzido contará no Produto do ano de 2045, mesmo que este bem só seja vendido em 2046. **Interessa o ano da produção, NÃO o**

ano da comercialização do bem. Bom, mas como o PIB tem esse período de tempo, dizemos que ele é uma variável de fluxo.

Estoques e fluxos

Um estoque representa uma mensuração em determinado instante no tempo, ao passo que um fluxo significa uma mensuração durante determinado período de tempo.

A principal diferença é esta mesmo. Um estoque é mensurado apenas numa determinada data, num instante. Já um fluxo é mensurado ao longo de um período.

Quando você passar num concurso, o salário que você receberá será uma variável "fluxo" (um fluxo de renda mensal); já a quantidade de dinheiro que você terá investida em uma corretora será uma variável "estoque" (estoque de dinheiro).

Uma variável estoque é como se fosse uma "foto": um momento congelado no tempo. É estático.

Já as variáveis fluxo são como um "filme": representam as movimentações ocorridas em vários períodos de tempo. É dinâmico.

O PIB é uma variável fluxo e, portanto, vai representar a produção ocorrida em um período de tempo. A dívida do Brasil seria uma variável estoque, porque a dívida é medida em um instante no tempo (a dívida *hoje* é X, etc.).

Vamos a um outro exemplo. Imagine que você ganha 5.000 reais por mês, mas gasta 10.000 mensalmente. No primeiro mês, você fica negativo em 5.000. No final do ano, você está devendo 60.000. Depois de três anos do mesmo jeito, sua dívida já subiu para 180.000. Ai, você descobre que um parente faleceu e te deixou uma herança. Algo em torno de 200.000. Você paga suas dívidas, fica 20.000 positivo, mas continua gastando mais do que ganha. Contado mais um ano, você estará negativo em 40.000. Depois de mais três anos, você estará devendo 220.000 (40+180).

Neste exemplo, você tem um problema claro no fluxo, pois você está gastando mais do que ganha (fluxo de entrada e saída). Mesmo que receba uma renda extra de herança (variável estoque, que ocorre em um instante no tempo), isso não vai resolver seu problema enquanto o problema de fluxo não for resolvido. Se você tiver um problema em uma variável fluxo, não é uma variável estoque que vai resolver, ok?

Bom, agora que já sabemos o que é o produto, podemos verificar duas formas de como mensurá-lo. Vimos que o PIB é o valor total dos bens e serviços finais de um país em determinado período no tempo.

Temos duas formas de medir o PIB. A mais usual é:

$$\text{Produto Agregado} = \sum_{i=1}^n P_i Q_i$$

Ou seja, o PIB será o somatório dos bens e serviços finais, onde P é o preço médio do produto i, Q é a quantidade do bem ou serviço final produzida. $P_i Q_i$ é o valor final do bem/serviço.

Imagine uma economia com dois bens: *tablets* e celulares. Foram produzidos 50 tablets ao preço de R\$ 2.000,00 cada um e 30 celulares ao preço de R\$ 1500,00. Vamos considerar que os tablets são o bem 1 e os celulares o bem 2. Nesta situação, o PIB seria:

$$\text{Produto} = \sum_{i=1}^2 P_i Q_i = P_1 Q_1 + P_2 Q_2 = (2.000) \cdot (50) + (1500) \cdot (30) = 100.000 + 45.000 = 145.000,00$$

Portanto, ao produzir 50 *tablets* ao preço de R\$ 2.000,00 cada um e 30 celulares ao preço de R\$ 1500,00, o PIB deste país seria de R\$ 145.000.

Uma outra forma de calcular o PIB seria segundo o valor adicionado. Ou seja, em cada etapa produtivo é adicionado mais valor aos bens intermediários. O valor final do produto será a soma dos valores adicionados em cada etapa.

Vamos pensar em uma outra economia que só produz *tablets*, imaginando que *tablets* precisam de metais e circuitos elétricos. Para produzir 1 (um) *tablet*, teríamos:

Produto	Valor Bruto do Produto (VBP)	Consumo Intermediário (CI)	Valor Adicionado (VBP – CI)
Metal	R\$ 1000,00	0	R\$ 1000,00
Circuito elétrico	R\$ 1500,00	R\$ 1000,00	R\$ 500,00
Tablet	R\$ 2000,00	R\$ 1500,00	R\$ 500,00
		Total	R\$ 2000,00

Para produzir 1 *tablet*, são necessários dois insumos: metal e circuito elétrico. Para produzir, o valor do metal é R\$ 1.000,00. E isso soma R\$ 1.000,00 no valor adicionado. Mas só o metal não adianta. Precisamos acrescentar o circuito elétrico, que vai fazer com que o valor bruto do produto suba para R\$ 1500,00. Neste caso, foram adicionados R\$ 500,00 de valor (os 1500 atuais menos os 1000 que já tínhamos do metal). Por fim, com metais e circuitos elétricos, conseguimos finalmente produzir o *tablet* propriamente dito por R\$ 2000,00, acrescentando mais R\$ 500,00 de valor adicionado.

Repare que se você somar apenas o Valor Bruto do Produto (VBP) vai chegar ao montante de R\$ 4500. Mas este não pode ser o nosso PIB, pois o PIB apenas leva em consideração o valor dos bens e serviços finais. Ao contarmos o valor dos bens intermediários (metal e circuito) caímos naquele problema da dupla contagem, pois estamos contando estes bens duas vezes.

Por isso é que contamos apenas o valor adicionado (VA), ou seja, o valor acrescido após cada etapa de produção. Este valor é obtido pegando o VBP e subtraindo o Consumo Intermediário. Portanto, VA = VBP – CI.

O PIB, por sua vez, será o somatório dos valores adicionais em cada produto. Por exemplo, a soma dos valores adicionais dos *tablets*, mais a soma dos valores adicionados dos celulares, mais a soma dos valores adicionados dos carros e assim sucessivamente. Portanto:

$$Produto\ Agregado = \sum_{i=1}^n VA_i$$

Portanto, o PIB:

- É o total em valores monetários dos bens e serviços finais produzidos em um país em um determinado período de tempo
- É uma variável fluxo.
- Pode ser medido de duas formas: pelo somatório do valor monetário dos bens e serviços finais ($Produto = \sum_{i=1}^n P_i Q_i$) ou pelo valor adicionado em cada etapa de produção ($Produto = \sum_{i=1}^n VA_i$).
- Tudo o que é produzido é ofertado no mercado, o que nos permite concluir que o produto agregado constitui a Oferta Agregada de uma Economia.

Renda Agregada

Vimos anteriormente que para produzir, é necessária a utilização de fatores de produção. Cada fator de produção gera uma renda específica. Portanto:

Fator de Produção	Renda	Sigla
Capital	Juros	j
Trabalho (Mão de Obra)	Salário	s
Terra	Aluguel	a
Capacidade Empresarial	Lucros	l

A Renda total (agregada) obtida será a renda gerada por cada um dos fatores de produção. Podemos dizer, então, que a Renda Agregada (Y) será a soma dos Juros (j), Salários (s), Aluguéis (a) e Lucros (l) pagos/obtidos em uma Economia.

Assim:

$$Y = j + a + l + s$$

Despesa Agregada (Demanda Agregada)

De posse da renda, os agentes econômicos irão ao mercado consumir bens e serviços ou vão investir essa renda para adquirirem mais fatores de produção. Portanto, a renda da Economia ou virará despesa de Consumo (C) ou despesa de Investimento (I). Assim, chegamos ao conceito de Despesa Agregada (também chamada de Demanda Agregada⁸):

$$Demanda Agregada = C + I$$

⁸ Pois expressa todo o desejo de consumir (= demanda) os bens e serviços ofertados no mercado.

Vale ressaltar mais uma vez que o investimento aqui é destinado a aumentar a capacidade produtiva da Economia para que, no futuro, as empresas possam produzir ainda mais. O investimento na Economia não tem a ver com compra e venda de ativos financeiros, mas sim com o aumento do estoque de capital (a quantidade de capital disponível), como a construção de uma nova fábrica, a compra de novas máquinas e equipamentos, etc.

Dando uma olhada no investimento

Já sabemos que o investimento é voltado para aumentar a capacidade produtiva da Economia. Ele, por sua vez, é dividido entre duas partes: a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e a Variação de estoques (ΔE).

A Formação Bruta de Capital Fixo é o montante de recursos que foi destinado a aumentar a capacidade produtiva do país, envolve, por exemplo, máquinas, equipamentos e a construção civil. Os recursos da FBCF expandem a capacidade produtiva da economia.

Já a variação de estoques representa a entrada e saída dos estoques das empresas. Se, durante um ano, o estoque aumentou, significa que foram produzidos mais bens, apesar de que não foram vendidos ainda.

Portanto,

$$I = FBCF + \Delta E$$

Poupança

Além de Produto, Renda e Despesa, um outro conceito importante é a poupança. A poupança (S)⁹ será a renda não consumida, ou seja, $S_p = Y - C$. Podemos isolar a renda nesta expressão e chegar à seguinte fórmula $Y = S_p + C$. Ou seja, a renda (Y) será o montante total poupado (S_p) mais o montante consumido (C).

Só que, como a Renda é poupança mais consumo e Renda também igual a demanda agregada ($Renda = DA = C + I$), podemos chegar a uma conclusão interessante:

$$DA = C + I$$

$$Y = S_p + C$$

Pela identidade macroeconômica básica, Despesa = Renda, portanto, $DA = Y$ (Demanda Agregada é igual à Renda), temos:

$$DA = Y$$

$$C + I = S + C, \text{ assim:}$$

⁹ Do inglês, "savings". S_p será a poupança privada.

$$I = Sp$$

Ou seja, Investimento é igual à poupança privada. Isso significa que todos os recursos poupados pelos agentes econômicos se transformarão em investimentos, para aumentar a capacidade produtiva da Economia e fazê-la crescer.

Economia Fechada e com governo

A partir de agora, vamos acrescentar o Governo na jogada. O acréscimo do Governo vai gerar impactos relevantes nas expressões que vimos aqui hoje. Produto, Renda, Despesa, Investimento e Poupança serão impactados.

Isto acontece porque o governo não produz nada, mas toma uma parte da produção e renda dos agentes econômicos. Uma parte da renda das famílias deixará de ser destinada ao consumo e à poupança e passará a ser destinada ao governo, via tributos. Estes tributos serão a renda do governo, mesmo o governo não detendo nenhum dos fatores de produção.

Com base nessa renda obtida, o governo atuará por meio de políticas públicas de transferência de renda (como o Bolsa Família, que aumenta a renda das famílias) ou dando subsídios (incentivos financeiros) para a produção.

E, por causa disso, teremos muitas mudanças.

Antes de adentrarmos nas mudanças propriamente ditas, precisamos entender o que é o "Governo".

Nas Contas Nacionais, o governo inclui as três esferas da administração pública: o governo federal, estadual e municipal. Entram neste conceito a Administração Direta, as autarquias e fundações e as empresas estatais dependentes (aquelas empresas do Governo que recebem recursos do Orçamento Público para pagar pessoal, por exemplo).

O conceito de Governo aqui, exclui, portanto, as empresas estatais do setor financeiro (como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal) e também exclui as empresas estatais não dependentes (como a Petrobrás e a Eletrobrás). Estas empresas do governo (do setor financeiro e não dependentes) entram para o cálculo como se fossem uma empresa privada mesmo, dada a similaridade de suas atividades e atuação.

Para as Contas Nacionais, portanto, fazem parte do Governo: a Administração Direta, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes. Não fazem parte do Governo: as empresas estatais do setor financeiro e as empresas estatais não dependentes.

Com o Governo na jogada, nós teremos o acréscimo das seguintes variáveis:

- **Impostos Diretos:** São os impostos cobrados sobre o patrimônio ou a renda do indivíduo. Se você tem um carro (patrimônio) tem que pagar o Imposto sobre Veículos Automotores (IPVA). Portanto, o IPVA é um imposto direto. Da mesma forma, quando você auferir renda, precisa pagar o Imposto de Renda. O IPTU (Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana) também é um exemplo de imposto direto.
- **Impostos Indiretos:** São os impostos que recaem sobre as transações econômicas como venda, consumo e produção. Os exemplos principais são o Imposto Sobre Serviços (ISS), que você paga sempre que prestar um serviço para alguém, e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

- **Contribuições Sociais:** São tributos que são cobrados para uma atividade específica, como a contribuição previdenciária (para o INSS, por exemplo) em que o governo é obrigado a aplicar esses recursos na seguridade social.
- **Taxas:** Por meio deste tipo de tributo, o governo presta serviços (ou pelo menos disponibiliza o serviço) para a população, mas cobra o pagamento (taxa) por ele. É o caso das Taxas de Água e Luz, que são serviços prestados pelo Estado, mas pagos pelo cidadão.
- **Outras receitas do governo:** Entrarão aqui outras receitas que não venham do pagamento de tributos (Impostos, Contribuições Sociais e Taxas). A Indústria de Material Bélico do Brasil é uma empresa estatal dependente que fabrica armas. Sempre que o governo vender armas via Imbel, ele auferirá uma receita que não é de tributos, pois esta receita é obtida pela comercialização de armas no mercado. Esta receita entra aqui.
- **Transferências:** A partir daqui, já estamos considerando os gastos do governo. As transferências são os pagamentos feitos pelo governo que não precisarão de contrapartida em serviços. Por exemplo, um aposentado não trabalha mais e, quando recebe sua aposentadoria do governo, não precisa dar a contrapartida (não precisa voltar a trabalhar, apenas recebe o dinheiro). O pagamento de aposentadoria, portanto, é um tipo de transferência. Políticas públicas de transferência de renda como o Bolsa Família, o pagamento de pensões e as doações entram. Se o governo pegar um empréstimo (fizer uma dívida), o juro que o governo pagará para o prestador de dinheiro também entra aqui.
- **Subsídios:** Subsídios são um auxílio financeiro do governo para incentivar as empresas e produzir um determinado produto em benefício da coletividade ou para tentar baixar o preço nesse produto no mercado. Durante a greve dos caminhoneiros em 2018, por exemplo, o governo topou dar um subsídio (= dinheiro) à Petrobrás, para que esta baixasse o preço do Diesel. O subsídio pode ser concedido de duas formas: ou o governo dá o dinheiro ou desconta os impostos sobre a empresa (chamada de renúncia fiscal¹⁰).

Vamos ver, então, como essas coisas todas impactam no Produto, Renda, Despesa, Investimento e Poupança.

Produto: Impacto do Governo

Nós vimos anteriormente, quando a Economia era sem Governo, que, para produzir as empresas tinham de pagar pela remuneração dos fatores de produção (a empresa paga salários pelo fator de produção trabalho e etc). Isso significa que para produzir as empresas têm um custo. Este custo é justamente o custo dos fatores de produção, ou seja, o custo que as empresas têm para utilizar os fatores de produção. Portanto, o produto

¹⁰ Pois o governo renuncia a uma receita que tem direito. Com essa renúncia, o governo deixa de arrecadar e de gastar o dinheiro em outras atividades essenciais. Já a empresa, tendo que pagar menos tributos, reduz os seus custos e, em teoria, pode abaixar os preços. Aqui no Brasil, a discussão sobre a efetividade da renúncia fiscal é muito grande, visto que somente o Governo Federal abre mão de cerca de R\$ 300 bilhões de reais todo ano via renúncia de receitas, mas ainda não há uma avaliação criteriosa do real impacto que essa medida gera; nem se ela é realmente necessária para as empresas destinatárias, nem se a sociedade efetivamente está obtendo benefícios com isso.

era calculado pelo custo de produzir. Se para produzir 50 toneladas de minério o custo é de R\$ 100 milhões, então a produção vale R\$ 100 milhões.

Este conceito é denominado PIB a custo dos fatores (PIBcf), pois expressa a produção em virtude dos custos que temos para obtê-la. Ou seja, expressa a produção pelo custo dos fatores de produção envolvidos nela (o quanto que custa para o fator de produção ser envolvido na produção).

Quando colocamos o governo na jogada, temos uma questão a mais a considerar. Isto porque o governo cobrará os impostos indiretos sobre a produção realizada. Este imposto fará com que o valor dos bens e serviços finais seja aumentado (afinal, agora os consumidores terão que pagar imposto sobre a mercadoria). Neste caso, o preço de mercado desse bem/serviço será maior do que o custo de produzir. Por exemplo, um computador custa R\$ 1.000 para produzir, mas agora, com o imposto, o computador custará R\$ 1200. Novamente: na presença de impostos, o preço de mercado será maior que o custo dos fatores de produção.

Uma outra forma que o governo pode impactar o preço de um bem/serviço é via subsídios. Neste caso, o governo vai bancar (via pagamento ou renúncia fiscal) a empresa, permitindo que esta cobre um preço abaixo do custo de produção (pois parte do custo de produção é bancado pelo governo). Na presença de subsídios, o preço de mercado será menor que o custo dos fatores de produção.

Portanto, chegamos a um outro conceito: o PIB a preços de mercado (PIBpm). Este conceito considera como a atuação do governo (via impostos indiretos e subsídios) impacta a produção.

$$PIBpm = PIBcf + Impostos Indiretos - Subsídios$$

O PIBcf é o que custa para produzir. Os Impostos Indiretos aumentam o preço de mercado dos bens, fazendo com que o PIBpm aumente. Já os subsídios diminuem o preço de mercado dos bens, fazendo com que o PIBpm diminua.

O PIBpm também é chamado de PIB ao consumidor final, justamente porque é o consumidor final que arcará com os aumentos/diminuições dos preços causados pela intervenção do governo na produção.

Renda: Impacto do Governo

Para produzir, são necessários fatores de produção (terra, capital, trabalho e capacidade empresarial). Mas, por meio dos tributos, o governo auferir renda mesmo sem possuir fatores de produção. Essa característica fará com que a Renda da Economia também seja alterada.

Antes, nós tínhamos que a renda era a soma dos lucros (l), aluguéis (a), salários (s) e juros (j) pagos pelas empresas e recebidos pelos detentores dos fatores de produção. Agora, temos que acrescentar a renda do governo (t).

Em uma Economia fechada e sem governo, tínhamos:

$$Y = j + a + l + s$$

Na presença do Governo:

$$Y = j + a + l + s + t$$

Sendo que o "t" é justamente a receita do Governo. O t é, portanto, tudo o que o governo recebe de renda.

Um outro conceito bastante utilizado em contas nacionais é a Receita Líquida do Governo (ou Carga Tributária Líquida). É um outro conceito, no qual consideramos tudo o que o governo recebe de renda **MENOS o que ele transfere ou subsidia**. Ou seja, é aquilo que sobra da receita para o governo depois de descontadas as transferências que ele faz e os subsídios que concede. A receita líquida do Governo tem a seguinte fórmula:

$$RLG = \text{Impostos Diretos (ID)} + \text{Impostos Indiretos (II)} + \text{Contribuições Sociais (CS)} + \text{Taxas (tx)} + \text{Outras Receitas do Governo (ORG)} - \text{Transferências (Transf.} - \text{Subsídios (Sub)).}$$

Ou seja:

$$RLG = ID + II + CS + Tx + ORG - \text{Trans.} - \text{Sub.}$$

Agora um último conceito importante, no qual você precisa prestar atenção, pois é contra intuitivo em um primeiro momento.

Nós vimos que PRODUTO = RENDA. E acabamos de ver no tópico passado que PIBpm = PIBcf + Impostos Indiretos – Subsídios. Como produto igual a renda, o mais comum seria com que nós fizéssemos PIBpm = Renda. Neste caso, teríamos PIBpm = RIB (Renda Interna Bruta).

Só que a expressão acima não é verdadeira. É que o PIBpm não considera toda a renda do governo, mas apenas parte dela (só os impostos indiretos) e ainda desconta os subsídios. Para verificarmos qual é a renda gerada pela Economia, teríamos que tirar essa distorção (impostos diretos e subsídios).

Essa distorção é causada porque a renda do governo é retirada dos outros agentes econômicos. Em uma economia sem governo, a renda de uma família era, por exemplo, R\$ 5000,00. Com o Governo, a renda da família ficou R\$ 4.400,00, pois os R\$ 600,00 agora devem ser pagos ao governo por meio dos impostos. Aí, a renda da família agora é menor (4400) e a renda do governo é 600. Mas, no total, temos os mesmos 5000 de antes.

Repare que a presença do governo não aumenta a renda agregada, ele apenas diminui a renda dos outros agentes. Ou seja, o governo não "aumenta o bolo". Ele apenas faz com que os outros agentes diminuam suas fatias de bolo, para que o governo fique com um pedaço também.

Portanto, a expressão RIB = PIBpm não pode ser feita. Como o Governo não aumenta a renda na economia, nós temos que tirar os II e os Sub da expressão. Portanto:

$$RIB = PIB\ pm - II + \text{Sub.}$$

Ou seja:

$$RIB = PIBcf$$

Portanto, a Renda Interna Bruta (RIB) será igual ao PIB a custo dos fatores¹¹.

A Renda Interna Bruta é igual ao PIB a custo dos fatores.

Despesa Agregada: impacto do Governo

Antes do Governo, a Despesa era a soma de Consumo e Investimento ($DA = C + I$). Só que o Governo também irá consumir (pois também precisará ir ao mercado de bens e serviços comprar bens – computadores, material de escritório, etc) e também irá investir (irá fazer obras, por exemplo).

O consumo do Governo (os gastos que o governo tem para se manter) é representado pela letra G ¹². Já os Investimentos do Governo¹³ não tem uma letra específica, pois eles ficam somados ao I .

Portanto, a demanda agregada, agora, será:

$$DA = C + I + G$$

Ou seja, Demanda Agregada é igual ao Consumo, ao Investimento e aos Gastos do governo (consumo do governo).

Mais duas coisas aqui:

A primeira é que se somarmos o Consumo das Famílias (C) com o Consumo do Governo (G), teremos o Consumo Final. Ou seja: Consumo Final = $C + G$.

A segunda é que o Investimento, agora, também conta com o Investimento do Governo. Ou seja, o Investimento é formado pelo Investimento Privado (I_p) + o Investimento do Governo (I_g). Assim: $I = I_p + I_g$.

Como $I = FBCF + \Delta E$, podemos chegar à expressão: $FBCF + \Delta E = I_p + I_g$

Poupança: Impacto do Governo

Antes do Governo, a poupança era a renda não consumida ($S_p = Y - C$). Só que agora, temos que acrescentar o governo na história.

Além dos agentes econômicos, o governo também será sua poupança. Essa poupança será a diferença entre tudo o que o governo recebe (a RLG) e tudo o que o governo gasta (G). Portanto, a poupança do governo (S_g) será a diferença entre a RLG e o G . Assim: $S_g = RLG - G$

¹¹ Lembre que $PIB_{pm} = PIC_{cf} + II - Sub$. Se nós passarmos II e Sub para o outro lado, teremos: $PIB_{cf} = PIB_{pm} - II = Sub$.

¹² Se você já estudou Administração Financeira e Orçamentária (Orçamento Público) alguma vez na vida, o G são as despesas correntes do governo!!

¹³ As despesas de capital.

Além disso, a renda agregada, de toda a economia, ou será destinada ao consumo (C), ou será poupada (S) ou será entregue ao governo por meio dos tributos. Pode acontecer também de uma família receber renda via transferência do governo, por exemplo, então, vamos usar o conceito de RLG aqui.

Em outras palavras, a renda agregada (Y) ou será consumida, ou será poupada ou será enviada ao governo. Então, a Renda será:

$$Y = C + Sp + RLG$$

Como a Renda é igual a Demanda Agregada, teremos:

$$Y = C + Sp + RLG$$

$$DA = C + I + G$$

Fazendo $Y = DA$:

$$C + Sp + RLG = C + I + G$$

Já podemos cortar o C, então:

$$Sp + RLG = I + G$$

Isolando o Investimento:

$$Sp + RLG - G = I$$

Só que $RLG - G$ é a poupança do governo (Sg). Substituindo:

$$Sp + Sg = I$$

Ou seja, a poupança privada (Sp) mais a poupança do governo (Sg) é igual ao Investimento. Temos, novamente a igualdade entre poupança e investimento¹⁴.

Economia Aberta e com Governo

Agora que já acrescentamos o governo e sabemos como a presença do governo impacta nas contas nacionais, poderemos acrescentar o último agente econômico: o resto do mundo.

Todo país faz transações com outros países (em maior ou menor grau). Estas transações também precisam ser registradas via Contas Nacionais.

Ao colocarmos o resto do mundo na parada, acrescentaremos apenas 3 variáveis:

1. **Exportações (X):** São os bens e serviços produzidos pelo país, mas vendidos ao exterior.
2. **Importações (M):** São os bens e serviços que um país compra do exterior.

¹⁴ Por isso é que é importante que o Governo não tenha dívidas (gere poupança). Um governo com endividamento bem baixo consegue investir mais, ajudando a Economia a expandir sua capacidade produtiva. No Brasil, o governo é muito endividado, o que dificulta a formação de poupança e, portanto, do investimento governamental.

Quando fazemos Exportações menos Importações ($X - M$) chegamos ao conceito de exportações líquidas (ou seja, as exportações diminuídas das importações).

3. **Renda Líquida Enviada ao Exterior (RLEE):** Pode acontecer de um país utilizar fatores de produção do exterior. Neste caso, o país que utilizar os fatores de produção, deve pagar por eles, enviando renda ao exterior. Esta renda é chamada de Renda Enviada ao Exterior (REE). Se um país receber renda de outros países porque estes estão utilizando seus fatores de produção, este país terá Renda Recebida do Exterior (RRE). Se um país mais envia renda do que recebe, então ele possui uma Renda Líquida Enviada ao Exterior (RLEE), pois mais envia renda a outros países do que recebe. Por outro lado, se o país mais recebe renda do que envia ao exterior, ele terá a Renda Líquida Recebida do Exterior (RLRE).

Aqui, é só uma questão de para onde vai a renda: Se vai para fora, é enviada. Se entra no país, é recebida. **Se a RLEE for negativa, isso significa que, na verdade, a renda foi recebida do exterior.**

Bom, agora vamos ver como o resto mundo impacta no nosso estudo.

Produto e Renda: Impacto do resto do mundo

Vimos que o PIB leva em consideração aspectos geográficos, ou seja, só considera a produção gerada dentro das fronteiras de um país (território nacional). Só que, quando colocamos o resto do mundo na jogada, pode acontecer um fenômeno interessante: a produção ocorrer fora do país.

A Petrobrás por exemplo, explora petróleo e gás aqui no Brasil. Mas ela também explora o gás na Bolívia. Ou seja, temos uma empresa brasileira (Petrobrás) aumentando sua produção em outro país (Bolívia). De forma parecida, a Volkswagen é uma empresa alemã, mas produz aqui no Brasil.

Por isso, temos que expandir o nosso conceito de Produção, pois os países não produzem apenas dentro de suas fronteiras, mas também produzem fora delas.

Para expressar essa ideia, foi criado o conceito de Produto Nacional Bruto, que é o produto gerado pelos países dentro e fora de suas fronteiras.

O PIB é o Produto Interno Bruto, pois só considera a produção gerada internamente (dentro das fronteiras do país, dentro do território do país). Já o PNB é o Produto **Nacional** Bruto, que considera toda a produção gerada pela **nação como um todo** (independentemente de estar dentro do país ou não).

O principal critério para diferenciarmos entre PIB e PNB é justamente a Renda Líquida Enviada ao Exterior (RLEE). Se um país envia renda ao exterior (RLEE), isso significa que ele produz muito internamente (dentro das fronteiras), mas parte da renda gerada vai para o exterior. Isso quer dizer que empresas de outros países vem produzir aqui, mas levam uma parte da renda (pois parte da renda é enviada ao exterior). Portanto, PIB é maior que o PNB.

$$PIB = PNB + RLEE$$

Se ocorrer o contrário, ou seja, se o país receber renda do exterior (pois tem várias empresas operando no exterior e essas empresas mandam renda para cá), teremos PNB maior do que PIB.

$$PIB = PNB - RLEE$$

Lembre que RLEE positiva significa que a Renda Líquida foi enviada ao exterior (saiu dinheiro do país). Já a RLEE negativa significa que a Renda Líquida foi recebida do exterior (entrou dinheiro no país).

Por fim, vale lembrar que como Produto = Renda, e da mesma forma como PIBcf = RIB, o Produto Nacional Bruto a custo dos fatores é igual à Renda Nacional Bruta. Ou seja, PNBcf = RNB.

A Renda Nacional Bruta é igual ao PNB a custo dos fatores.

Despesa Agregada: Impacto do Resto do Mundo

Bom, antes do governo, os agentes econômicos podiam gastar sua renda consumindo ou investindo. Com o acréscimo do governo, passamos a considerar o consumo do governo (G) e também os investimentos do governo (que entram no Investimento). Agora, com o resto do mundo, a renda também pode ser gasta com exportações (X) ou importações (M).

Portanto, teremos:

$$DA = C + I + G + (X - M)$$

Poupança: Impacto do resto do mundo

Assim como os outros agentes econômicos, o resto do mundo também terá a sua poupança, chamada de Poupança Externa (Sext). O que vai influenciar essa poupança externa é justamente as exportações, mas importações a RLEE.

Se um país exporta, isso significa que ele vende mercadorias e recebe dinheiro. Se ele recebe dinheiro, é porque o resto do mundo está gastando e, portanto, tendo menos poupança. Temos uma relação inversa entre exportações e poupança externa. Quando um sobe o outro cai e vice-versa.

Já quando um país importa, ele recebe a mercadoria e manda o dinheiro para o exterior. Como o exterior recebe o dinheiro, isso aumenta a poupança externa. Temos uma relação direta entre importação e poupança externa. Quando um sobe, o outro sobe também. Quando um cai, o outro cai também.

Por último, teremos a nossa RLEE, que será enviada ou recebida dependendo se o país utiliza fatores de produção do exterior ou se seus fatores de produção são utilizados pelo exterior. Quando um país envia renda ao exterior, significa que o exterior recebe essa renda e, portanto, o exterior faz poupança. Assim, temos uma relação direta entre RLEE e Poupança Externa. Quando um sobe o outro sobe.

Resumindo tudo, a fórmula da poupança externa será:

$$Sext = M - X + RLEE$$

Repare, pela fórmula, que quando M ou RLEE aumentam, a Sext aumenta (pois há renda enviada ao exterior). Já quando a Exportação aumenta, ocorre diminuição na poupança externa.

Bom, toda a renda agregada da Economia (Y) pode ser, então, consumida (C), Poupada (Sp), dada ao Governo (RLG) ou enviada ao exterior (RLEE).

Como $Y = DA$, teremos

$$C + Sp + RLG + RLEE = C + I + G + X - M$$

Cortando o Consumo:

$$Sp + RLG + RLEE = I + G + X - M$$

Passando o G para o outro lado:

$$Sp + (RLG - G) + RLEE = I + X - M$$

Como $RLG - G$ é a poupança do governo (Sg):

$$Sp + Sg + RLEE = I + X - M$$

Isolando o Investimento:

$$Sp + Sg + Rlee - X + M = I$$

Como $Sext = X - M + RLEE$, teremos:

$$Sp + Sg + Sext = I$$

Ou seja, a soma da poupança privada, mais a poupança do governo, mais a poupança externa é igual ao investimento. Novamente, temos a igualdade entre Poupança e Investimento.

Podemos chamar a poupança privada, a poupança do governo e de resto do mundo de poupança total. Portanto:

$$S = Sp + Sg + Sext$$

Como poupança é igual ao investimento:

$$I = S$$

$$Ip + Ig = Sp + Sg + Sext$$

Conceitos Adicionais

Além dos conceitos que vimos até aqui, podemos também ter mais alguns outros.

Renda Nacional Disponível (RND) é a renda que está disponível para os agentes econômicos, ela será a Renda Nacional Bruta somada com as transferências que o governo faz para os agentes econômicos.

$$RND = RNB + Transf.$$

Já Renda Pessoal (RP) é um conceito que expressa aquilo que as empresas realmente recebem. Pegamos a Renda Nacional Disponível, diminuimos os lucros retidos das empresas (pois se foi retido, não está disponível para as empresas), tiramos os impostos diretos sobre as empresas e outras receitas do governo.

$$RP = RND - \text{lucros retidos pelas empresas} - \text{ID sobre as empresas} - \text{ORG}$$

Por fim, a Renda Pessoal Disponível (RPD) será a RPD menos os impostos diretos das famílias (pois o das empresas já foi retirado na RP).

$$RPD = RP - \text{impostos diretos sobre as famílias.}$$

A RPD é o que realmente está disponível para as famílias.

Bruto x Líquido

A essa altura, você já está cansado de saber que para produzir são necessários fatores de produção. Só que esses fatores de produção vão perdendo sua capacidade de produzir ao longo do tempo.

Pense por exemplo no capital, as máquinas e equipamentos utilizados na produção. Quanto mais a máquina for utilizada, menos eficiente ela será. Além disso, com o avanço tecnológico, rapidamente a máquina fica obsoleta.

Existe um conceito que expressa essa ideia, que é o conceito de depreciação. Depreciação é justamente a perda de valor do capital por uso, desgaste ou obsolescência tecnológica. Como a depreciação faz o valor do capital diminuir, a depreciação também pode ser chamada de "consumo de capital fixo".

Até agora, vimos apenas os conceitos brutos, como PIB ou PNB. Para chegarmos aos conceitos líquidos, basta diminuir a depreciação. Portanto, o Produto Interno Líquido (PIL) será igual ao PIB menos a depreciação. O Produto Nacional Líquido (PNL) será igual ao PNB menos a depreciação e assim por diante. Portanto:

- $PIL = PIB - Depreciação$
- $PIL_{cf} = PIB_{cf} - Depreciação$
- $PIL_{pm} = PIB_{pm} - Depreciação$
- $PNL = PNB - Depreciação$

Pela dificuldade de mensuração precisa da depreciação, acaba que utilizamos mais o conceito bruto mesmo. Mas, se cair o conceito líquido na sua prova, você já sabe que apenas precisa deduzir a depreciação do conceito bruto.

$$\text{Líquido} = \text{Bruto} - \text{Depreciação}$$

Produto Real, Produto Nominal e Deflator Implícito

Uma das coisas mais importantes na nossa ciência é medir a evolução produção de uma economia, certo? Afinal de contas, o que mais queremos é que ela cresça e assim aumente a "fatia do bolo" de cada pessoa. Mas como medir essa variação? Como os preços ajudam no processo? E como atrapalham?

Imagine uma economia que produzia no ano "0" apenas dois bens: bicicletas e carros. Se eu te disser que esta economia produzia 500 bicicletas e 10 carros nesse ano zero, você pode se perguntar: "Ok! Mas quanto isso vale?"

Informo, então, que cada carro valia \$50.000 e cada bicicleta valia \$1.000:

Bem	Quantidade Produzida	Preço
Carros	10	\$50.000
Bicicletas	500	\$1.000

Agora você já pode calcular o PIB dessa economia naquele ano. Basta multiplicar a quantidade de bicicletas pelo seu preço e a quantidade de carros pelo seu preço e depois somar tudo:

$$PIB_0 = Q_c \times P_c + Q_b \times P_b$$

$$PIB_0 = 10 \times 50.000 + 500 \times 1.000$$

$$PIB_0 = 500.000 + 500.000$$

$$PIB_0 = \$1.000.000$$

Note que o PIB de nossa economia no ano zero é de um milhão.

Agora imagine que no ano seguinte, o ano 1, a nossa economia, ainda produzindo apenas bicicletas e carros, tenha apresentado as seguintes quantidades produzidas e preços para cada um dos bens:

Bem	Quantidade Produzida	Preço
Carros	10	\$60.000
Bicicletas	500	\$1.200

Se fizermos o cálculo do PIB no ano 1 com os dados da tabela, teremos o seguinte:

$$PIB_1 = Q_c \times P_c + Q_b \times P_b$$

$$PIB_1 = 10 \times 60.000 + 500 \times 1.200$$

$$PIB_1 = 600.000 + 600.000$$

$$PIB_1 = \$1.200.000$$

“Mas professores! Como pode o PIB ter aumentado de \$1.000.000 para \$ 1.200.000 sem que esta economia tenha produzido uma bicicleta ou um carrinho a mais sequer?”

Pois é! A questão é que o **verdadeiro** PIB, o PIB **REAL** não aumentou. O PIB que aumentou foi o PIB **NOMINAL**. Viu como é? Precisamos dos preços para mensurar o PIB, mas ao mesmo tempo eles nos atrapalham um pouco simplesmente porque se alteram.

Note que o **PIB nominal** (este que aumentou 20%) é o **PIB medido a preços correntes**, ou seja, consideramos nele a evolução dos preços. Mas para calcularmos a evolução real de uma economia, o quanto sua produção está aumentando de período em período, precisamos afastar esta mudança dos preços.

E como nós fazemos isso? É simples: basta “congelarmos” os preços, ou seja, basta calcularmos o **PIB a preços constantes** (sem considerar a mudança nos preços). Fazendo isso, nós teremos o **PIB real da economia**. Em termos práticos, o que precisamos fazer é medir a quantidade produzida no ano 1 pelos preços do ano base, ou seja, como se eles não tivessem mudado.

Se nós fizermos isso para o exemplo desta aula, veremos que o PIB real do ano 1 será igual ao PIB do ano zero, ou seja, teremos confirmado matematicamente o que já notávamos na tabela: a produção não aumentou. Então, grave:

O PIB nominal é aquele medido a preços correntes (considera alterações nos preços).

O PIB real é aquele medido a preços constantes (não considera alterações nos preços).

Mas sigamos com outro exemplo. Esqueça a última tabela e suponha que no ano 1, tivemos a seguinte situação da nossa economia hipotética:

Bem	Quantidade Produzida	Preço
Carros	12	\$60.000
Bicicletas	600	\$1.200

Note que quando comparamos com a situação do ano zero, tivemos aumento tanto nos preços quanto na produção, o que torna as coisas mais interessantes na nossa economia.

Calculando o PIB nominal para este ano 1, isto é, a preços correntes, teremos o seguinte:

$$\begin{aligned}
 PIB_n &= Qc \times Pc + Qb \times Pb \\
 PIB_n &= 12 \times 60.000 + 600 \times 1.200 \\
 PIB_n &= 720.000 + 720.000 \\
 PIB_n &= \$1.440.000
 \end{aligned}$$

Para calcularmos o PIB real neste ano 1, no entanto, precisamos considerar os preços do ano base, ou seja, do nosso ano zero, mantendo as quantidades do ano 1. Assim, teríamos:

$$\begin{aligned}
 PIB_r &= Qc \times Pcb + Qb \times Pbb \\
 PIB_r &= 12 \times 50.000 + 600 \times 1.000 \\
 PIB_r &= 600.000 + 600.000 \\
 PIB_r &= \$1.200.000
 \end{aligned}$$

Então, veja só: o PIB nominal do ano 1 é de \$ 1.440.000 porque consideramos a evolução dos preços. Mas o PIB real, embora tenha subido em relação ao ano zero, não chega a tanto: ficou em \$1.200.000. Ou seja, nossa economia evoluiu em termos reais de \$1.000.000 para \$1.200.000. Nosso PIB cresceu 20%, portanto.

Veja que há uma diferença entre os crescimentos do produto nominal (que leva em consideração as mudanças de preços) e do produto real (que leva em consideração apenas o que foi efetivamente produzido a mais, sem a variação de preços) porque no cálculo do PIB real nós **deflacionamos** os dados, ou seja, retiramos a evolução dos preços para os considerarmos constantes. Aqui, introduzimos outro conceito bastante cobrado em prova: o do Deflator Implícito, ou Deflator do PIB.

Ele é simplesmente a razão entre o Produto Nominal e o Produto Real e capta exatamente a evolução dos preços no período. Calculamos assim o deflator implícito (também chamado de deflator do PIB):

$$\text{Deflator Implícito} = \frac{PIB \text{ Nominal}}{PIB \text{ Real}}$$

Para os dados do nosso exemplo, teríamos o seguinte:

$$\text{Deflator Implícito} = \frac{1.440.000}{1.200.000} = 1,2$$

Então, lembre que o deflator é simplesmente um índice de preços abrangente utilizado para tirar o efeito da inflação (aumento de preços) sobre o produto.

Terminamos aqui, pessoal. Como um guerreiro não desiste daquilo que ama, mas acha amor naquilo que faz, deixamos aqui as questões para vocês treinarem! Um abraço!

Profs. Jetro Coutinho e Paulo Ferreira

Questões comentadas pelos professores

1. FCC – AFAP – 2019)

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é incumbido de apurar o PIB, de acordo com o System of National Accounts 2008. Uma definição aproximada para tal agregado é a soma

- a) do valor dos produtos e serviços finais consumidos na economia de um país, medidos a preços de atacado.
- b) do valor dos produtos e serviços finais produzidos na economia de um país, medidos a preços ao consumidor.
- c) do valor dos produtos e serviços intermediários produzidos na economia de um país, uma vez considerado o efeito da inflação.
- d) da quantidade de produtos e serviços finais produzidos na economia de um país, a preços de atacado.
- e) da quantidade de produtos e serviços intermediários consumidos na economia de um país, uma vez considerado o efeito da inflação.

RESOLUÇÃO:

O "System of National Accounts" a que a questão se refere é o Sistema de Contas Nacionais, que estudamos na aula.

Bom, o PIB é o VALOR MONETÁRIO dos Bens e serviços FINAIS PRODUZIDOS em um país em um determinado período de tempo.

Como o PIB é o VALOR MONETÁRIO, errada a letra D (que diz que o PIB é quantidade e não é).

Como o PIB é o valor monetário de bens e serviços FINAIS, erradas as letras C e E.

Como o PIB é o valor monetário de bens e serviços finais PRODUZIDOS, errada a letra A (o que interessa é o ano da produção e não o ano do consumo dos bens e serviços).

Portanto, só nos sobra a letra B, que é o gabarito.

Vale lembrar que medir o PIB a preços ao consumidor, é a mesma coisa de medir o PIB a preços de mercado. Isto porque o preço de mercado é justamente o preço que o consumidor paga. Portanto, PIB a preços ao consumidor = PIB a preços de mercado.

Mais uma coisa: se o enunciado não especificar de que tipo de PIB estamos tratando, assumo que ele está falando do PIB a preços de mercado (preços de consumidor).

Resposta: B

2. FCC – SABESP – 2018)

A diferença entre a Macroeconomia e a Microeconomia se dá

- a) pelas diferenças entre os tamanhos das plantas das firmas.
- b) pelas formas de organização dos mercados, se mais concorrenciais ou mais monopolizados.

- c) porque é exclusividade da Microeconomia o estudo de variáveis como a oferta, a demanda e a produção.
- d) porque a abordagem macroeconômica não leva em conta as expectativas dos agentes econômicos.
- e) porque se tratam de abordagens da ciência econômica que estudam diferentes graus de agregação entre os agentes econômicos.

RESOLUÇÃO:

- a) Incorreta. Viagem total. A Microeconomia se preocupa com as decisões econômicas de uma empresa, um consumidor ou um mercado em específico. Já a Macroeconomia se preocupa com os agregados nacionais (PIB, Renda, Demanda Agregada) e com todos os mercados simultaneamente. O tamanho das plantas das firmas não é um critério para diferenciar a micro da macroeconomia.
- b) Incorreta. A análise de um setor (se tem mais concorrência ou se é mais monopolizado) é objeto da microeconomia. A macroeconomia não entra neste mérito.
- c) Errado! A macroeconomia também estuda oferta, demanda e produção, mas procurando explicar como essas variáveis funcionam na economia como um todo, isto é, de forma agregada (como o Produto Agregado e Demanda Agregada).
- d) Incorreta. Ainda está cedo para estudarmos este tema, mas tanto a macroeconomia quanto a microeconomia levam em consideração a expectativas dos agentes. Se os agentes esperam mais inflação para o futuro, por exemplo, isso é estudado pela macroeconomia.
- e) É isso! A microeconomia estuda comportamentos individuais e, no máximo, setores. Ou seja, na microeconomia o nível de agregação é menor (uma empresa, um indivíduo, um setor). Na macroeconomia, os níveis de agregação são maiores, pois expressam o comportamento de toda a economia e todos os agentes econômicos componentes dela.

Resposta: E**3. FCC – ALESE – 2018)**

Considere os seguintes dados extraídos do Balanço de Pagamentos de um país hipotético, em milhões de unidades monetárias:

PIB = 15.730

Consumo de capital fixo = 1.728

Impostos indiretos = 861

Juros líquidos = 695

Lucro das empresas e transferências comerciais = 2.329

Pagamentos de renda de fatores ao resto do mundo = 857

Recebimentos de renda de fatores do resto do mundo = 872

Utilizando essas informações, o valor do Produto Nacional Líquido (PNL) desse país é

- a) 13.156.
- b) 14.017.
- c) 13.851.
- d) 16.180.
- e) 17.041.

RESOLUÇÃO:

Note que que temos o PIB e precisamos transformar em PNL.

Para transformarmos o produto interno em nacional, precisamos somar os "Recebimentos de renda de fatores do resto do mundo", que é a nossa renda recebida do exterior, e deduzir os "Pagamentos de renda de fatores ao resto do mundo", que é a nossa renda enviada ao exterior. Quando pegarmos a renda recebida e retirarmos a renda enviada, chegaremos à renda líquida enviada ao exterior (RLEE). Se mais recebemos renda do que enviamos, teremos RLEE negativa. Se mais enviamos renda do que recebemos, a RLEE será positiva.

Já para transformar o produto bruto em líquido, precisamos deduzir a depreciação. Note apenas que o examinador usa um nome "disfarçado" para a depreciação. Ele chamou de "consumo de capital fixo". É a mesma coisa.

Então:

$$\begin{aligned} PNL &= PIB + RRE - REE - D \\ PNL &= 15.730 + 872 - 857 - 1.728 \\ PNL &= 14.017 \end{aligned}$$

Resposta: B

4. FCC – SEFAZ/SC – 2018)

Considere os valores a seguir, apresentados pelo IBGE, relacionados às contas nacionais de 2017 do Brasil:

Contas	Valores (em R\$ bilhões)
Produto Interno Bruto (PIB)	6.560
Outras Transferências Correntes (líquidas recebidas do exterior)	7
Poupança Bruta	970
Salários (líquidos recebidos do exterior)	1

Rendas de Propriedade (líquidas recebidas do exterior)	-122
Despesa de Consumo Final	5.476

A Renda nacional disponível bruta do ano foi, em R\$ bilhões,

- a) 7.530
- b) 5.354
- c) 6.567
- d) 5.362
- e) 6.446.

RESOLUÇÃO:

É muito comum que as bancas coloquem mais informações do que as que de fato precisamos. Elas fazem isso para justamente gerar confusão.

Aqui, note que precisamos de apenas duas. Se quiséssemos achar a RNDB a partir do PIB, teríamos nos complicado.

Precisaríamos saber apenas que a renda nacional disponível bruta é aquela que está disponível para a escolha entre poupança e consumo.

Logo, se somarmos a despesa de consumo final e a poupança bruta, teremos a renda nacional disponível bruta:

$$\begin{aligned}RNDB &= C + S \\RNDB &= 5.476 + 970 \\RNDB &= 6.446\end{aligned}$$

Resposta: E

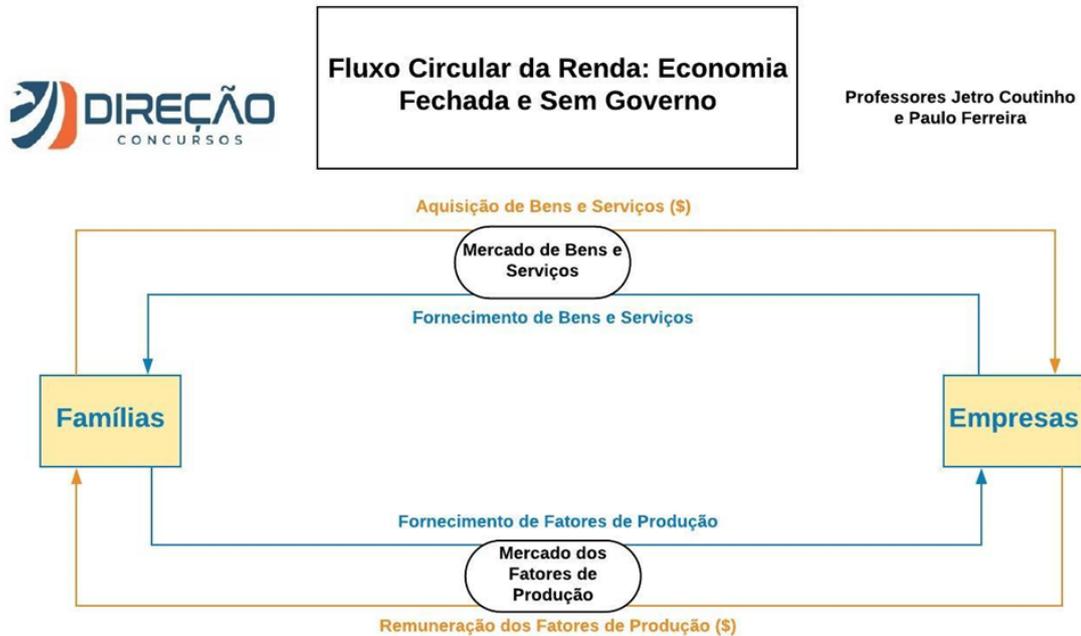
5. FCC – DPE/RS – 2017)

No fluxo de renda de uma economia, a organização do processo de produção que cria bens e serviços é atribuída

- a) às famílias.
- b) aos consumidores.
- c) às famílias e aos consumidores.
- d) às empresas.
- e) às famílias locais e dos outros países.

RESOLUÇÃO:

Com o fluxo circular mais simples em mente, aquele com economia fechada e sem governo, já “matamos” esta questão:



Note que são as empresas que adquirem fatores de produção junto às famílias, organizam estes fatores e criam bens e serviços, fornecendo-os às famílias.

Resposta: D

6. FCC – DPE/RS – 2017)

O total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes do país, destinados ao consumo final, corresponde ao conceito de

- renda nacional bruta.
- valor adicionado líquido pelas unidades residentes e não residentes.
- produto interno bruto.
- renda disponível bruta.
- poupança bruta.

RESOLUÇÃO:

Esse é o clássico conceito de produto interno bruto!

Trata-se simplesmente do total de bens e serviços produzidos internamente e destinados ao consumo final, por isso, chamamos estes bens e serviços de bens e serviços finais.

Resposta: C

7. FCC – ELETROSUL – 2016)

Com relação às Contas Nacionais, considere as seguintes afirmações:

- I. O Produto Interno Bruto caracteriza o volume de valor adicionado pelos residentes no país.
- II. A Renda Nacional Bruta define a produção realizada no território nacional, sem considerar a origem dos fatores de produção.
- III. O Produto Interno Líquido é calculado somando-se a depreciação ao Produto Interno Bruto.
- IV. O Investimento Bruto se decompõe em Formação Bruta de Capital Fixo e Variação de Estoques.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) IV, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

RESOLUÇÃO:

- I. Correto! Também podemos definir o PIB como todo o valor adicionado internamente, ou seja, pelos residentes do país.
- II. Errado! Note que estamos falando de um agregado **nacional** e não **interno**. OU seja, a Renda NACIONAL bruta considera toda a renda gerada pela nação, dentro das fronteiras ou não. Portanto, a Renda Nacional Bruta engloba a produção do território nacional MAIS a do exterior. Se fosse renda INTERNA Bruta, aí, sim, estaríamos restringidos apenas ao território nacional.
- III. É o contrário. O PNL é calculado deduzindo-se a depreciação do PIB. Líquido = Bruto – Depreciação.
- IV. Perfeito! O investimento bruto é a soma entre formação bruta de capital fixo e variação de estoques.

Resposta: D

8. FCC – COPERGAS – 2016)

Com relação ao Produto Interno Bruto – PIB, é correto afirmar:

- a) Representa o valor adicionado gerado pelos residentes no país.
- b) Quando a ele adicionamos a depreciação, obtemos o produto líquido.
- c) É o total do preço dos bens finais colocados à disposição dos consumidores, em um período.
- d) É calculado da mesma forma que a Renda Nacional Bruta.

e) Caracteriza a produção alcançada em território nacional, independentemente da origem dos fatores de produção.

RESOLUÇÃO:

a) É isso! Uma das formas de medirmos o Produto é pelo valor adicionado. E se estamos falando do valor adicionado pelos residentes no país, então estamos falando de produto INTERNO (já que este só considera a produção que ocorre dentro do território nacional, isto é, por residentes no país).

b) É o contrário! Para partirmos do PIB e obtermos o PIL, devemos é deduzir a depreciação. Líquido = Bruto – Depreciação.

c) Errado! É o total de bens produzidos. Não interessa o ano do consumo ou o ano em que o bem foi “colocado a disposição”.

d) Não mesmo! O PIB é INTERNO, ou seja, só leva em conta a produção no território do país. Já a Renda Nacional considera toda a renda gerada pela nação, seja dentro ou fora de suas fronteiras.

e) Correto também, já que o PIB só leva em consideração a produção realizada dentro do território do país. É por isso a questão foi anulada! Há duas alternativas que trazem definições corretas sobre o PIB.

Resposta: X

9. FCC – ARSETE – 2016)

Uma forma de compreendermos o funcionamento de uma economia se dá por meio do chamado “fluxo circular da renda”, onde

- a) os bens e serviços finais são fornecidos pelas famílias às empresas.
- b) o fluxo monetário fica restrito no sentido das famílias para as empresas.
- c) os agentes da sociedade se organizam como produtores e como consumidores.
- d) o processo de produção que cria bens e serviços é organizado pelas famílias.
- e) o fluxo material depende das famílias e não depende das empresas.

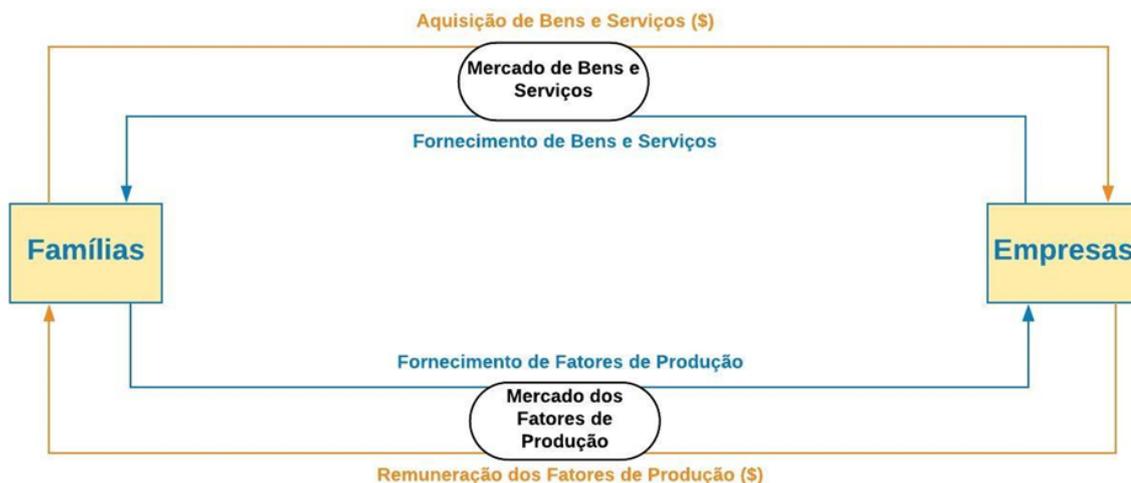
RESOLUÇÃO:

Olhemos mais uma vez para o nosso fluxo simplificado:



Fluxo Circular da Renda: Economia Fechada e Sem Governo

Professores Jetro Coutinho e Paulo Ferreira



Note que os bens e serviços finais são fornecidos pelas empresas às famílias (errada a A).

O fluxo monetário não fica restrito no sentido das famílias para as empresas, mas atua nos dois sentidos (errada a B). Isto porque as empresas remuneram as famílias (dinheiro para as famílias), mas as famílias adquirem bens e serviços das empresas (dinheiro para as empresas).

A "C" é o gabarito porque, de fato, dividimos os agentes em produtores (firmas) e consumidores (famílias).

O processo de produção que cria bens e serviços é organizado pelas empresas (errada a D).

Por fim, o fluxo material (criação e consumo de riqueza) depende de ambos (famílias e empresas). Então, está errada a E.

Resposta: C

10. FCC – ARSETE – 2016)

Um critério utilizado nas contas nacionais, no Brasil, é a aplicação do conceito de "preços de consumidor", que são iguais aos preços básicos

- menos impostos sobre produtos e importação e mais margens de comércio e transporte.
- mais impostos sobre produtos e importação e mais margens de comércio e transporte.
- mais impostos sobre produtos e importação e menos margens de comércio e transporte.
- menos impostos sobre produtos e importação.
- mais margens de comércio e transporte.

RESOLUÇÃO:

Olhe só esta definição do IBGE:

Desta forma, é necessário que se estime os dados da oferta a preços de consumidor, mesma valoração que ao consumo, para que se possa chegar a um equilíbrio entre oferta e consumo. Para isso é necessário que se estime, por produto, os elementos que fazem a passagem entre o preço básico e o preço de consumidor: margens de comércio e transporte e impostos líquidos sobre produtos.

Note que o preço básico é aquele preço de oferta, aquele preço que o produtor recebe. Ou seja, é o custo de produzir o produto mais o lucro do produtor.

Mas para que cheguemos ao preço pago pelo consumidor, ainda precisamos adicionar os impostos sobre o produto e as margens de transporte.

Ou seja, o consumidor, quando compra uma mercadoria, paga: os impostos para o governo, o frete (transporte) da mercadoria, o lucro do produtor e o custo de produzir a mercadoria. Quando somamos tudo isso, temos o preço total que o consumidor paga: o preço de consumidor.

Resposta: B

11.FCC – ARSETE – 2016)

Considere os resultados relativos às contas nacionais de 2015, do Brasil, fornecidos pelo IBGE (valores em R\$ 1.000.000.000,00):

Ordenados e salários (líquidos recebidos do exterior)	1
Renda nacional disponível bruta	5.783
Rendas de propriedade (líquidas recebidas do exterior)	-130
Produto Interno Bruto – PIB	5.904
Renda nacional bruta	5.775
Despesa de consumo final	4.934
Outras transferências correntes (líquidas recebidas do exterior)	8

O valor da poupança bruta formada no ano foi de (em R\$ 1.000.000.000,00):

- a) 970.
- b) 849.
- c) 841.

d) 857.

e) 859.

RESOLUÇÃO:

Já resolvemos uma questão parecida!

E aqui apenas precisamos mudar a ordem da conta.

Lembra que a renda nacional disponível bruta possui apenas dois destinos: poupança bruta e despesa de consumo final.

$$RNDB = C + S$$

Como precisamos saber a poupança e temos os outros dois, fica fácil:

$$S = RNDB - C$$

$$S = 5.783 - 4.934$$

$$S = 849$$

Resposta: B

12. FCC – AL/MS – 2016)

Nas contas nacionais, o valor do Produto Interno Bruto – PIB pode ser visto sob as óticas da produção, da demanda e da renda. Quando expressa a produção, o valor é igual

- a) à despesa de consumo das famílias, mais o consumo do governo.
- b) ao consumo das famílias menos o consumo do governo, mais o consumo intermediário, a preços de consumidor.
- c) ao valor bruto da produção, a preços básicos, menos o consumo intermediário, a preços de consumidor, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos.
- d) ao total da renda das empresas, menos o total dos impostos.
- e) à remuneração dos empregados, mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação.

RESOLUÇÃO:

- a) Errado! Esta é a ótica da despesa (demanda agregada) e não produção. Além disso, a alternativa está incompleta.
- b) Errado. Falou em consumo das famílias e do governo (ótica da despesa) e misturou com consumo intermediário (ótica do valor agregado).
- c) Correto! Pela ótica da produção, precisamos deduzir o consumo intermediário do valor bruto produzido. Fazendo assim, chegaremos ao Valor Agregado. Depois disso, precisamos fazer os ajustes para preços de mercado (somar os impostos e subtrair os subsídios).

- d) Essa é a ótica da renda e também está incompleta.
- e) Que mistura! Remuneração dos empregados é a ótica da renda. Já os "impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação é um ajuste que fazemos para chegar ao PIBpm.

Resposta: C

13. FCC – AL/MS – 2016)

Considere as seguintes conceituações na metodologia das contas nacionais:

- I. Renda de propriedade é a renda recebida pelo proprietário e paga pelo utilizador de um ativo.
- II. Unidade residente é a unidade que mantém o centro de interesse econômico predominante no território econômico, realizando, sem caráter temporário, atividades econômicas nesse território.
- III. Transferências de capital são transferências de recursos, sem contrapartida de bens e serviços, destinadas a gastos correntes.
- IV. Renda disponível bruta é igual ao produto interno bruto mais as transferências de capital ao resto do mundo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) III e IV.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I e IV.
- e) II e IV.

RESOLUÇÃO:

- I. Correto! E a isso chamamos aluguel.
- II. Correto também! Essa é definição técnica de "residente". O centro de interesse econômico é um outro nome para dizer que a pessoa trabalha/vende/compra/gasta no país.
- III. Errado! Essa alternativa é mais de Direito Financeiro do que de Economia. Transferências de capital são transferências de recursos, sem contrapartida de bens e serviços, destinadas a gastos **de capital**. Esses gastos de capital são gastos para adquirir bens de capital (máquinas e equipamentos, por exemplo).
- IV. Errado! As transferências de capital não afetam esta diferença. É por esta razão que nem vimos esta definição na aula.

Resposta: B

14. FCC – AL/MS – 2016)

As contas nacionais do Brasil relativas ao primeiro trimestre de 2016, conforme dados divulgados pelo IBGE (valores em R\$ milhões), apresentaram os seguintes números:

Ordenados e salários (líquidos recebidos do exterior)	234
Despesa de consumo final	1.229.402
Rendas de propriedade (líquidas recebidas do exterior)	-35.921
Poupança bruta	211.430
Renda nacional bruta	1.438.150

Considerando essas informações, o valor do Produto Interno Bruto – PIB do período, em R\$ milhões, foi de

- a) 1.473.837.
- b) 1.262.407.
- c) 2.420.435.
- d) 1.018.206.
- e) 1.685.267.

RESOLUÇÃO:

Lembre que o método de cálculo muda, mas a renda bruta é igual ao produto bruto por definição.

Então, tudo o que precisamos fazer aqui para encontrar a resposta é ver quanto foi a renda líquida enviada ao exterior.

A economia enviou \$35.921 em rendas de propriedade e recebeu \$234 em ordenados e salários.

Então, a renda líquida enviada ao exterior é:

$$RLEE = 35.921 - 234 = 35.687$$

Agora, basta somarmos este valor à renda nacional bruta e teremos o produto interno bruto:

$$PIB = RNB + RLEE$$

$$PIB = 1.438.150 + 35.687 = 1.473.837$$

Resposta: A

15.FCC – PGE/MT – 2016)

O conceito de produto interno bruto

- a) incorpora a produção de bens e serviços realizada por residentes, que são somados aos bens e serviços produzidos pelos não residentes.
- b) é dado pelos bens e serviços de consumo intermediário somados aos bens e serviços produzidos pelos residentes.
- c) deduz os impostos sobre o total dos bens e serviços produzidos para o consumo intermediário.

d) considera, como unidade residente, aquela que mantém o centro de interesse econômico predominante no território econômico, realizando, sem caráter temporário, atividades econômicas nesse território.

e) é definido como os bens e serviços produzidos para o consumo final, deduzida a depreciação.

RESOLUÇÃO:

a) Errado! O produto interno só considera a produção realizada no território do país. Portanto, só conta a produção dos residentes. Isso significa que a produção dos não residentes não entram no cálculo do produto interno.

b) Errado! Se somarmos os bens e serviços intermediários, faremos dupla contagem, ou seja, superestimaremos o PIB. O PIB é dado pelo valor monetário dos bens e serviços FINAIS.

c) Quais impostos? Diretos ou Indiretos? E outra: sobre o consumo intermediário? Alternativa maluca! Errado, claro.

d) Perfeito! Mais uma vez, a FCC traz a definição técnica de residente! O centro de interesse econômico é um outro nome para dizer que a pessoa trabalha/vende/compra/gasta no país.

e) Não! Cuidado! Não se deduz a depreciação porque o enunciado está se referindo ao produto interno bruto e não ao líquido. Líquido = Bruto – Depreciação. Ou seja, para o PIB somamos a depreciação. Para o PIL, deduzimos a depreciação.

Resposta: D

16. FCC – PGE/MT – 2016)

Ao considerar a igualdade " $I = S + (T - G) + (M - X)$ ", a expressão " $(M - X)$ " representa

a) o esforço de investimento que é somado à poupança interna.

b) o resultado da balança de bens.

c) uma contribuição positiva ao volume de investimentos quando as exportações são maiores que as importações.

d) uma transferência de poupança da economia local para o resto do mundo.

e) uma poupança interna pública menor que a poupança interna privada.

RESOLUÇÃO:

Lembre que o investimento é igual à poupança global (poupança total). Ou seja, $I = S$. A poupança total é a soma da poupança privada com a poupança do governo e a poupança externa.

"S" é a poupança interna privada.

"(T-G)" é a poupança interna do governo (é o que o governo arrecada, T, menos o que o governo gasta, G).

"(M-X)" é a poupança externa absorvida. Ou seja, seria a poupança externa já considerando a renda enviada/recebida do exterior.

- a) Reparemos que o investimento é a soma das poupanças interna e externa: $I = S + (T - G) + (M - X)$. A expressão $(X - M)$ é a poupança externa. E a alternativa define corretamente: pode ser interpretada como o esforço de investimento que é somado à poupança interna.
- b) Errado. Ainda não vimos a balança de bens (balança comercial), mas saiba que ela é dada por $X - M$. Já a expressão dada pelo enunciado é $M - X$. Ou seja, é o contrário.
- c) Repare que $I = S + (T - G) + (M - X)$. Isto significa que quanto maior for $(M - X)$, mais investimento teremos. Em outras palavras, o investimento será tanto maior quanto maior for a absorção de poupança interna. Ou seja, para o investimento ser maior, é necessário que as importações sejam maiores que as exportações.
- d) O termo $(M - X)$ representa a poupança externa. Se $M - X$ for positivo, isso significa que a poupança externa é positiva e saiu dinheiro do país para o exterior. Se $M - X$ for um número negativo, saiu dinheiro do exterior e entrou no país. Como não sabemos se $M - X$ é um número positivo ou negativo, não temos como dizer se o dinheiro saiu ou entrou no país.
- e) Isso simplesmente não podemos afirmar. Independentemente do valor da poupança externa, não podemos saber o valor de uma das poupanças sem ter o valor do investimento e das demais variáveis.

Resposta: A

17. FCC – TCE/AM - 2015)

Em macroeconomia, sabendo que: Y é o Produto Interno Bruto (PIB), C é o consumo das famílias, I é investimento privado, G são os gastos do governo, X são as exportações e M são as importações, a identidade macroeconômica básica, também conhecida como equação do PIB pelo lado da demanda, é dada por:

- a) $Y = C + G + I$
- b) $Y = C + G + I - (X - M)$
- c) $Y = C + G + I + (X - M)$
- d) $Y = C + G + I + (M - X)$
- e) $Y = C + X + I - (G - M)$.

RESOLUÇÃO:

Pela ótica da demanda agregada, no cálculo do PIB, somamos o consumo das famílias, consumo do governo, investimento e balança comercial (diferença entre exportações e importações):

$$Y = C + I + G + (X - M)$$

Resposta: C

18. FCC – MANAUSPREV - 2015)

Considere uma economia aberta em que o governo recolha impostos e efetue gastos. A Contabilidade Nacional pode ser sucintamente representada pela seguinte relação: $Y = C + I + G + X - M$, em que as variáveis

representam, respectivamente, a renda interna bruta, o consumo agregado, o investimento, os gastos do governo, as exportações e as importações. Essa equação

a) indica o produto interno líquido, pois os impostos não estão contabilizados, isto é, já foram deduzidos dos valores brutos.

b) denota o produto nacional bruto, uma vez que desconta o valor das importações.

c) representa o equilíbrio macroeconômico fundamental, em que a diferença entre o valor dos investimentos e do consumo sinaliza a remessa de rendas de residentes estrangeiros para suas famílias no exterior.

d) revela a necessidade de poupança externa como o diferencial entre os valores das importações e exportações, indicado pela relação, após algum rearranjo algébrico, $S - I = X - M$, em que S contempla tanto a poupança pública quanto a privada.

e) exprime a mensuração do PIB pela ótica da renda, uma vez que o consumo apenas pode existir se houver renda.

RESOLUÇÃO:

a) Incorreta. Para que chegássemos ao PIL, precisaríamos saber qual o valor da depreciação. Como o enunciado não disse nada sobre a depreciação, questão errada. Além disso, os impostos já estão considerados naquilo que o consumidor paga (no C).

b) Errado! Para que denotasse o produto nacional, seria preciso constar na equação o envio e o recebimento de renda do exterior.

c) Está tudo errado depois da vírgula! A equação do enunciado nos traz o PIB sob a ótica da despesa agregada e não sobre a ótica da renda.

d) É uma alternativa confusa, mas é a única que faz sentido. Olhe só: $Y = C + I + G + X - M$. Poupança é a renda não consumida. Portanto, pegamos a renda (Y) e tiramos o consumo das famílias (C) e o consumo do governo (G) para chegar à poupança. Assim:

$$Y - C - G = I + X - M$$

Como $Y - C - G = S$, temos:

$$S = I + X - M$$

Passando o I para o outro lado, teremos $S - I = X - M$.

Por fim, o diferencial entre importações e exportações, ou seja, $M - X$, é de fato a poupança externa absorvida (que já considera as rendas enviadas/recebidas do exterior).

e) Errado! A equação colocada no enunciado mensura o PIB pela ótica da demanda agregada.

Resposta: D

19. FCC – SEFAZ/RJ – 2014)

O Produto Interno Bruto – PIB a preços de mercado mede o total dos bens e serviços produzidos pelas unidades residentes que têm como destino um uso final (exclui consumo intermediário). Considerando-se a ótica de mensuração do PIB pela demanda, é correto afirmar que o seu cômputo é dado:

(A) pela despesa de consumo final mais o total de impostos, líquidos de subsídios sobre a produção e a importação, mais a formação bruta de capital fixo, mais a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços.

(B) pelo valor da produção menos o consumo intermediário, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos no valor da produção.

(C) pela remuneração dos empregados mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto.

(D) pela despesa de consumo final mais a formação bruta de capital fixo, mais a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços.

(E) pelo valor da produção menos o consumo intermediário, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos no valor da produção, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços.

RESOLUÇÃO:

Note que o enunciado fala sob a ótica da demanda, mas as alternativas B e E tratam da ótica da produção e a alternativa C trata da ótica da renda.

Então, analisando as alternativas A e D (as demais estão descartadas), note que uma delas define incorretamente o produto pela ótica da despesa agregada.

A alternativa A “erra” ao somar os impostos e deduzir subsídios, já que os impostos e os subsídios já compõem o preço dos produtos e serviços consumidos.

No mais, a definição é igual à D, nosso gabarito. Isto porque $Y = C + I + G + X - M$.

Vale lembrar que $C + G =$ Consumo Final

$I =$ FBKF + Variação de Estoques

Resposta: D

20. FCC – SEFAZ/SP – 2013)

A tabela a seguir apresenta os índices de produto nominal e de produto real de um determinado país, relativos a seu Produto Interno Bruto (PIB):

	Produto Nominal	Produto Real
2009	100	100
2010	110	104
2011	125	108
2012	138	115

É correto afirmar que o

- (A) índice do deflator do PIB do ano de 2010, tomando-se o ano 2009 como base 100, foi superior a 106.
 (B) crescimento real da economia em 2011 foi exatamente 4%.
 (C) índice do deflator do PIB aumentou 20% no período de 2009 a 2012.
 (D) crescimento real da economia em 2012 foi inferior ao de 2010.
 (E) produto real da economia aumentou mais de 15% no período.

RESOLUÇÃO:

- (A) índice do deflator do PIB do ano de 2010, tomando-se o ano 2009 como base 100, foi superior a 10

O deflator do PIB do ano de 2010, tomando-se o ano 2009 como base 100 é a razão entre PIB nominal e real de 2010:

$$D = \frac{PIBn}{PIBr}$$

$$D = \frac{110}{104}$$

$$D = 1,057$$

Como se utiliza o deflator com base 100, multiplicamos por 100:

$$D = 1,057 \times 100$$

$$D = 105,7$$

Errada a alternativa A!

- (B) crescimento real da economia em 2011 foi exatamente 4%.

O crescimento real em 2011 é dado pela razão entre os PIBs reais de 2011 e 2010:

$$C_{2011} = \frac{PIBr_{2011}}{PIBr_{2010}} - 1$$

$$C_{2011} = \frac{108}{104} - 1$$

$$C_{2011} = 1,0385 - 1$$

$$C_{2011} = 0,0385 \text{ ou } 3,85\%$$

Errada a alternativa B!

(C) índice do deflator do PIB aumentou 20% no período de 2009 a 2012

Para o deflator dos quatro anos, fazemos o mesmo cálculo da alternativa A, mas abrangendo os quatro anos.

Então, medimos a razão entre PIB nominal e PIB real em 2012, já que a base é lá de 2009:

$$D = \frac{PIB_n}{PIB_r}$$
$$D = \frac{138}{115} \times 100$$
$$D = 1,2$$

Ou seja, o deflator (que sempre sai de 1) fechou os quatro anos em 1,2. Subiu, portanto, exatos 20%.

Em outras palavras, tivemos inflação de 20% no período de quatro anos.

Correta a alternativa C

(D) crescimento real da economia em 2012 foi inferior ao de 2010.

Aqui, basta comparar a variação do PIB real de 2009 para 2010 e depois de 2011 para 2012 e vemos qual foi maior.

Bastaria fazer os mesmos cálculos da alternativa B para cada um dos anos.

Mas note que apenas olhando para a tabela, dá para "matar" essa sem fazer cálculos no papel.

Em 2010, o PIB real avançou de 100 para 104, ou seja, cresceu 4%.

Em 2012 o PIB real avançou de 108 para 115. É tranquilo ver que isso é bem mais de 4%, certo?

Fazendo a conta, isso daria mais de 6% de crescimento.

Então, **Errada a alternativa D!**

(E) produto real da economia aumentou mais de 15% no período.

Mais de 15% não!

Exatos 15% de crescimento.

Note simplesmente que o PIB real subiu de 100 para 115!

Então, **Errada a alternativa E!**

Resposta: C

21. FCC – SEFAZ/SP – 2013)

Uma economia apresentou os seguintes valores de seus agregados macroeconômicos, em \$ milhões:

Produto Nacional Líquido a custo de fatores 7.900

Produto Interno Bruto a preços de mercado 10.500

Produto Nacional Líquido a preços de mercado 9.100

Produto Nacional Bruto a custo de fatores 8.400

Com essas informações, é correto afirmar que o valor, em \$ milhões,

(A) da renda líquida enviada para o exterior foi 1.100.

(B) dos impostos líquidos de subsídios foi 1.200.

(C) da depreciação foi 900.

(D) do PNB a preços de mercado foi 9.500.

(E) do PIB a custo de fatores foi 9.600.

RESOLUÇÃO:

Note que temos o produto nacional tanto bruto quanto líquido a custo de fatores.

Medindo esta diferença, achamos a depreciação:

$$D = PNB_{cf} - PNL_{cf}$$

$$D = 8.400 - 7.900$$

$$D = 500$$

Descartamos a alternativa C!

Agora somando a depreciação ao produto nacional líquido a preços de mercado, teremos o produto nacional bruto a preços de mercado:

$$PNB_{pm} = PNL_{pm} + D$$

$$PNB_{pm} = 9.100 + 500$$

$$PNB_{pm} = 9.600$$

Descartamos a D!

Agora que temos PNB e PIB medidos a preço de mercado, a diferença entre o PIB e o PNB é a renda líquida enviada ao exterior:

$$RLEE = PIB - PNB$$

$$RLEE = 10.500 - 9.600$$

$$RLEE = 900$$

Descartamos a alternativa A!

Por fim, como temos o PNL a custo de fatores e a preços de mercado, a diferença entre este e aquele é o valor dos impostos (indiretos) líquidos de subsídios:

$$II - S = PNL_{pm} - PNL_{cf}$$

$$II - S = 9.100 - 7.900$$

$$II - S = 1.200$$

Logo, nosso gabarito é a alternativa B e a E está descartada porque o PIB a custo de fatores seria 9.300 e não 9.600 ($10.500 - 1.200$).

Resposta: B

22. FCC – FHEMIG – 2013)

Considere os dados, expressos na tabela abaixo, de um país hipotético, com economia fechada, que produz apenas três bens.

Os valores estão expressos em milhares de Reais:

Bens (estágio produtivo)	Salários	Juros	Aluguéis	Lucros
Bauxita (minério)	150,00	125,00	130,00	250,00
Chapa de Alumínio	200,00	120,00	70,00	150,00
Lata de Refrigerante	175,00	55,00	80,00	200,00

O valor do Produto Nacional Bruto (PNB) deste país, em milhares de Reais, e a descrição correta do método utilizado para seu cálculo são, respectivamente,

- (A) 510,00; método dos rendimentos dos fatores de produção.
- (B) 1.705,00; método dos preços multiplicados pelas quantidades.
- (C) 1.020,00; método da demanda agregada.
- (D) 1.705,00; método da renda.
- (E) 510,00; método do valor adicionado.

RESOLUÇÃO:

Note que embora a questão apresente os setores, o que é realmente relevante aqui são as rendas pagas por cada setor.

O setor que extrai o minério remunera em um total de R\$ 655 aos fatores de produção envolvidos.

No setor que produz chapas de alumínio, este total é de R\$ 540.

Por fim, o total da remuneração dos fatores no setor que produz as latas é de R\$ 510.

Ora: o produto nacional bruto é o total das remunerações dos fatores pagas em toda a economia.

Portanto:

$$PNB = 655 + 540 + 510$$

$$PNB = 1.705$$

Resposta: D

23. FCC – DPE/RS – 2013)

Em uma economia, a renda líquida recebida do exterior é superior, em valor absoluto, ao montante da depreciação do estoque de capital da economia. Portanto, o Produto

- (A) Interno Bruto é maior que o Produto Nacional Bruto.
- (B) Nacional Bruto é menor que o Produto Nacional Líquido.
- (C) medido a preços de mercado é menor que o Produto medido a custo de fatores.
- (D) Interno Líquido é maior que o Produto Nacional Bruto.
- (E) Nacional Líquido é maior que o Produto Interno Bruto.

RESOLUÇÃO:

O produto interno bruto é aquele que não leva em consideração o valor da renda enviada ou recebida do exterior, já que o PIB só considera a produção dentro das fronteiras do país.

Como há renda recebida nesta questão, então o produto nacional é superior ao produto interno.

Por outro lado, o produto líquido é aquele que desconta a depreciação do produto bruto.

Portanto, podemos montar uma equação assim:

$$\text{PIB} = \text{PNL} + \text{D} - \text{RLEE}$$

$$\text{PIB} + \text{RLRE} = \text{PNL} + \text{D}$$

Ora: como $\text{RLRE} > \text{D}$, para mantermos a igualdade, então é certo que $\text{PNL} > \text{PIB}$.

Resposta: E

24. FCC – ISS/SP – 2012)

Em um país hipotético, o PIB nominal, em bilhões de unidades monetárias, e o índice geral de preços (IGP) são os apresentados na tabela a seguir:

Ano	PIB nominal	IGP
2006	1.000,00	100,00
2007	1.070,00	106,00
2008	1.123,50	109,18
2009	1.150,00	115,00
2010	1.207,50	121,90

Para este país,

- (A) em 2010, o PIB apresentou crescimento real comparativamente a 2009.
- (B) a partir de 2007, houve recessão na economia em termos nominais.

(C) entre 2006 e 2007, o PIB apresentou variação real negativa.

(D) a partir de 2008, houve crescimento real ininterrupto do PIB.

(E) os valores do PIB em 2006 e 2009 são equivalentes, ambos medidos a preços de 2009.

RESOLUÇÃO:

(A) em 2010, o PIB apresentou crescimento real comparativamente a 2009.

Para vermos se o PIB cresceu em termos reais, é preciso vermos se o PIB nominal avançou mais do que o índice de preços.

Basta medirmos a razão entre o PIB nominal de 2010 e 2009 e fazermos o mesmo com o IGP.

A variação do PIB nominal de 2009 para 2010 é:

$$\Delta PIB_{2010} = \frac{1.207,5}{1.150} = 1,05$$

Para o IGP:

$$\Delta IGP_{2010} = \frac{121,9}{115} = 1,06$$

Veja, então, que o índice de preços subiu mais do que o PIB nominal. Isso significa que a economia não apresentou crescimento real de 2009 para 2010. Ela se contraiu!

(B) a partir de 2007, houve recessão na economia em termos nominais.

Errado! Não houve recessão sequer em termos reais em 2007 e 2008, imagine em termos nominais. Note que o PIB nominal aumentou mesmo quando houve recessão real.

(C) entre 2006 e 2007, o PIB apresentou variação real negativa.

Errado também! Note que em 2007 o PIB nominal cresceu 7% (de 1.000 para 1.070), enquanto que os preços subiram 6% (de 100 para 106).

(D) a partir de 2008, houve crescimento real ininterrupto do PIB.

Errado! Em 2008, sim houve crescimento real.

Mas note que em 2009 e 2010, o índice de preços sobe mais do que o produto nominal.

Ou seja, houve queda real da economia.

(E) os valores do PIB em 2006 e 2009 são equivalentes, ambos medidos a preços de 2009.

Perfeito! Note que de 2006 para 2009, o PIB nominal cresceu de 1.000 para 1.150. Ou seja, cresceu 15%. E 15% foi exatamente a evolução do índice de preços no mesmo período. Logo, o PIB real de 2009 é equivalente ao PIB real de 2006.

Resposta: E

25.FCC – ISS/SP – 2012)

Em uma economia, o valor do Produto Nacional Líquido foi maior que o do Produto Interno Bruto, ambos medidos a preços de mercado. Nessa economia, necessariamente, o valor

- a) dos impostos diretos foi superior ao da renda líquida recebida do exterior.
- b) da renda enviada para o exterior foi maior que o da recebida.
- c) da depreciação foi igual a zero, ou seja, o estoque de capital da economia não se desgastou no período.
- d) dos impostos indiretos líquidos dos subsídios foi superior ao da renda líquida enviada para o exterior.
- e) da renda líquida recebida do exterior foi superior ao da depreciação.

RESOLUÇÃO:

Essa questão é exatamente o inverso da questão da DPE/RS do ano seguinte.

Note que podemos fazer a seguinte equação para o produto interno bruto:

$$PIB = PNL + D - RLRE$$

Isso é o mesmo que:

$$PIB + RLRE = PNL + D$$

Note, então, que se $PNL > PIB$, para satisfazermos a igualdade acima, $RLRE > D$.

Ou seja, necessariamente, o valor da renda líquida recebida do exterior foi superior ao da depreciação.

Resposta: E

26. FCC – ISS/SP – 2012)

Foram extraídos os seguintes dados, em milhões de reais, referentes às Contas Nacionais do Brasil em um determinado ano-calendário:

Consumo Final.....	2.666.752
Exportação de Bens e Serviços.....	355.653
Consumo Intermediário.....	2.686.362
Formação Bruta de Capital Fixo	585.317
Variação de Estoques (negativa)	(7.471)
Produto Interno Bruto a preços de mercado	3.239.404

O valor da importação de bens e serviços, em milhões de reais, nesse mesmo ano, correspondeu a

- a) 351.479.
- b) 353.376.
- c) 380.457.
- d) 375.789.

e) 360.847.

RESOLUÇÃO:

Note que podemos definir o PIB pela despesa agregada assim:

$$Y = C + G + I + X - M$$

Note que como a questão não diferencia o consumo do governo, computamos C e G como o consumo final.

Ou seja, por simplificação, aqui temos que $C + G = C$.

Outra coisa é que o investimento é a soma entre formação bruta de capital fixo e variação positiva de estoques.

Então, substituindo os valores, temos:

$$3.239.404 = 2.666.752 + 585.317 - 7.471 + 355.653 - M$$

$$3.239.404 = 3.600.251 - M$$

$$M = 3.600.251 - 3.239.404$$

$$M = 360.847$$

Resposta: E

27.FCC – ARCE – 2012)

É correto afirmar:

- a) Se o Produto Interno Bruto é menor que o Produto Nacional Líquido, a renda recebida do exterior é menor que o valor da depreciação do estoque de capital fixo da economia.
- b) O Produto Nacional Líquido medido a preços de mercado é seguramente menor que o Produto Interno Bruto medido a custo de fatores de uma economia.
- c) O Produto Interno Bruto corresponde ao somatório do valor de produção de todos os bens e serviços de uma economia em determinado intervalo de tempo.
- d) Se o Produto Interno Líquido a preços de mercado é maior que o Produto Nacional Bruto a custo de fatores, então o valor dos impostos diretos líquidos de subsídios é maior que o valor da depreciação do estoque de capital fixo da economia.
- e) O Produto Nacional Líquido a custo de fatores corresponde à Renda Nacional de uma economia.

RESOLUÇÃO:

- a) Se o Produto Interno Bruto é menor que o Produto Nacional Líquido, a renda **líquida** recebida do exterior é **maior** que o valor da depreciação do estoque de capital fixo da economia.
- b) Não podemos afirmar isso. Vai depender do valor da depreciação comparado e do valor dos impostos indiretos líquidos de subsídios (II – Sub.).

- c) Cuidado! Faltou a palavra "finais" aqui! Ela muda tudo! O Produto Interno Bruto corresponde ao somatório do valor de produção de todos os bens e serviços **finais** de uma economia em determinado intervalo de tempo
- d) A conta é mais complexa que isso. Note que a banca está comparando produto interno com produto nacional. Logo, não é suficiente comparar apenas o valor dos impostos diretos líquidos de subsídios e o valor da depreciação do estoque de capital fixo da economia. Ainda seria preciso levar em conta a renda enviada e recebida do exterior.
- e) Perfeito! A renda nacional nada mais é do que o produto nacional líquido a custo de fatores. Ou seja, se somarmos todas remunerações dos fatores de produção, chegaremos ao produto nacional líquido a custo de fatores.

Resposta: E

28. FCC – MPEAP – 2012)

O Produto Interno Bruto (PIB) de uma economia, numa determinada unidade de tempo, é igual ao somatório do valor de todos os bens

- a) intermediários fabricados pela economia.
- b) e serviços finais produzidos pela economia.
- c) e serviços fabricados pelo setor primário da economia.
- d) e serviços importados.
- e) e serviços produzidos pela economia.

RESOLUÇÃO:

Conceito clássico que precisamos ter em mente sempre!

O PIB de uma economia, numa determinada unidade de tempo, é igual ao somatório do valor de todos os bens e serviços finais produzidos pela economia.

Ou seja, não restringimos por setor e não computamos os intermediários.

Resposta: B

29. FCC – MPEAP – 2012)

Os dados abaixo, relativos ao ano de 2009 e expressos em milhões de reais, foram extraídos do Sistema de Contas Nacionais do Brasil, elaborado pela Fundação IBGE.

Despesa de consumo final	2.666.752
Formação Bruta de Capital	577.846
Exportação de Bens e Serviços.....	355.653
Importação de Bens e Serviços	360.847

O Produto Interno Bruto da economia brasileira nesse mesmo ano foi, em milhões de reais, igual a

- a) 3.239.404
- b) 3.601.251
- c) 3.244.598
- d) 3.254.986
- e) 4.061.098.

RESOLUÇÃO:

Se não temos especificação sobre consumo do governo, é porque está ali no consumo final.

E se não temos variação de estoques, então o investimento é igual á formação bruta de capital fixo.

Logo, calculamos o PIB assim aqui:

$$PIB = C + FBKF + X - M$$

$$PIB = 2.666.752 + 577.846 + 355.653 - 360.847$$

$$PIB = 3.239.404$$

Resposta: A

30. FCC – TCE/PR – 2011)

Os seguintes dados foram extraídos das Contas Nacionais de um país (em milhões de unidades monetárias):

Importação de bens e serviços não fatores	1.750
Variação de estoques	250
Formação bruta de capital fixo.....	2.300
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	14.700
Exportação de bens e serviços não fatores	2.500
Impostos indiretos.....	2.900
Subsídios	380

O Consumo Final da Economia (das Famílias e da Administração Pública) nesse país correspondeu, em milhões de unidades monetárias, a

- (A) 11.020.
- (B) 11.400.
- (C) 11.650.
- (D) 14.300.
- (E) 13.920.

RESOLUÇÃO:

Temos que o PIB pela ótica do dispêndio agregado é:

$$PIB = C + I + X - M$$

Note que o "C" aqui já abrange o consumo do governo.

Então, sabendo que o investimento é a soma entre formação bruta de capital fixo e variação de estoques, temos:

$$14.700 = C + 2.300 + 250 + 2.500 - 1.750$$

$$14.700 = C + 3.300$$

$$C = 14.700 - 3.300$$

$$C = 11.400$$

Resposta: B

31. FCC – INFRAERO – 2011)

No ano de 2010, o PIB de um determinado país totalizou 2,55 trilhões de unidades monetárias e o PNB totalizou 2,35 trilhões de unidades monetárias, sendo ambos os agregados medidos a preços de mercado. Isso significa que, no período, foi de 200 milhões de unidades monetárias

- (A) a depreciação do estoque de capital.
- (B) o saldo comercial superavitário.
- (C) o saldo comercial deficitário.
- (D) a arrecadação de impostos indiretos, líquida de subsídios.
- (E) a renda líquida de fatores de produção enviada para o exterior.

RESOLUÇÃO:

Lembre que a diferença entre PIB e PNB é a renda líquida enviada ao exterior:

$$RLEE = PIB - PNB$$

Logo, se o PIB foi de 2,55 trilhões e o PNB foi de 2,35 trilhões, então 0,2 trilhão, ou seja, 200 bilhões foi o total da renda líquida enviada ao exterior.

Resposta: E

32. FCC – COPERGAS – 2011)

Em um determinado país foram apurados os seguintes agregados macroeconômicos no ano de 2010:

Consumo das Famílias: \$ 1.200 milhões

Investimentos Totais: \$ 250 milhões
 Consumo do Governo:..... \$ 550 milhões
 Export. Bens e Serviços que não são Fatores de Produção: \$ 800 milhões
 Import. Bens e Serviços que não são Fatores de Produção: \$ 650 milhões
 Renda Líquida Recebida do Exterior: \$ 50 milhões
 Depreciação do Estoque de Capital: \$ 150 milhões
 Impostos Diretos: \$ 100 milhões
 Impostos Indiretos: \$ 350 milhões
 Subsídios: \$ 50 milhões

Para este país, o PIB medido a custo de fatores foi de

- (A) \$ 2.000 milhões.
 (B) \$ 2.150 milhões.
 (C) \$ 2.200 milhões.
 (D) \$ 1.850 milhões.
 (E) \$ 1.750 milhões.

RESOLUÇÃO:

Note que nós podemos calcular o PIB pela ótica da demanda agregada:

$$\begin{aligned}
 \mathbf{PIB} &= \mathbf{C} + \mathbf{G} + \mathbf{I} + \mathbf{X} - \mathbf{M} \\
 \mathbf{PIB} &= \mathbf{1.200} + \mathbf{550} + \mathbf{250} + \mathbf{800} - \mathbf{650} \\
 \mathbf{PIB} &= \mathbf{2.150}
 \end{aligned}$$

Mas cuidado que este ainda não é o gabarito!

Pela ótica da demanda agregada, chegamos ao PIB a preços de mercado, já que a despesa se dá em cima da produção com os preços de venda, claro.

Para termos este PIB a custo de fatores, precisamos deduzir impostos indiretos e somar subsídios:

$$\begin{aligned}
 \mathbf{PIB}_{cf} &= \mathbf{PIB}_{pm} - \mathbf{II} + \mathbf{S} \\
 \mathbf{PIB}_{cf} &= \mathbf{2.150} - \mathbf{350} + \mathbf{50} \\
 \mathbf{PIB}_{cf} &= \mathbf{1.850}
 \end{aligned}$$

Resposta: D

33.FCC – METRO/SP – 2010)

Em uma economia, o produto nominal entre dois anos consecutivos aumentou 5%. Sabendo-se que o índice geral de preços, no mesmo período, decresceu 6%, o crescimento do produto real da economia no período foi

- (A) negativo.
- (B) de 1%.
- (C) de aproximadamente 11,7%.
- (D) de 0,7%.
- (E) de 11%.

RESOLUÇÃO:

A variação do produto real de uma economia é dada pela razão entre a variação do PIB nominal e do índice de preços.

$$\Delta PIBr + 1 = \frac{(\Delta PIBn + 1)}{(\Delta IGP + 1)}$$

$$\Delta PIBr + 1 = \frac{(0,05 + 1)}{(-0,06 + 1)}$$

$$\Delta PIBr + 1 = \frac{1,05}{0,94}$$

$$\Delta PIBr = 1,117 - 1$$

$$\Delta PIBr = 0,117 \text{ ou } 11,7\%$$

Resposta: C

Lista de questões

1. FCC – AFAP – 2019)

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é incumbido de apurar o PIB, de acordo com o System of National Accounts 2008. Uma definição aproximada para tal agregado é a soma

- do valor dos produtos e serviços finais consumidos na economia de um país, medidos a preços de atacado.
- do valor dos produtos e serviços finais produzidos na economia de um país, medidos a preços ao consumidor.
- do valor dos produtos e serviços intermediários produzidos na economia de um país, uma vez considerado o efeito da inflação.
- da quantidade de produtos e serviços finais produzidos na economia de um país, a preços de atacado.
- da quantidade de produtos e serviços intermediários consumidos na economia de um país, uma vez considerado o efeito da inflação.

2. FCC – SABESP – 2018)

A diferença entre a Macroeconomia e a Microeconomia se dá

- pelos diferenças entre os tamanhos das plantas das firmas.
- pelos formas de organização dos mercados, se mais concorrenciais ou mais monopolizados.
- porque é exclusividade da Microeconomia o estudo de variáveis como a oferta, a demanda e a produção.
- porque a abordagem macroeconômica não leva em conta as expectativas dos agentes econômicos.
- porque se tratam de abordagens da ciência econômica que estudam diferentes graus de agregação entre os agentes econômicos.

3. FCC – ALESE – 2018)

Considere os seguintes dados extraídos do Balanço de Pagamentos de um país hipotético, em milhões de unidades monetárias:

PIB = 15.730

Consumo de capital fixo = 1.728

Impostos indiretos = 861

Juros líquidos = 695

Lucro das empresas e transferências comerciais = 2.329

Pagamentos de renda de fatores ao resto do mundo = 857

Recebimentos de renda de fatores do resto do mundo = 872

Utilizando essas informações, o valor do Produto Nacional Líquido (PNL) desse país é

- a) 13.156.
- b) 14.017.
- c) 13.851.
- d) 16.180.
- e) 17.041.

4. FCC – SEFAZ/SC – 2018)

Considere os valores a seguir, apresentados pelo IBGE, relacionados às contas nacionais de 2017 do Brasil:

Contas	Valores (em R\$ bilhões)
Produto Interno Bruto (PIB)	6.560
Outras Transferências Correntes (líquidas recebidas do exterior)	7
Poupança Bruta	970
Salários (líquidos recebidos do exterior)	1
Rendas de Propriedade (líquidas recebidas do exterior)	-122
Despesa de Consumo Final	5.476

A Renda nacional disponível bruta do ano foi, em R\$ bilhões,

- a) 7.530
- b) 5.354
- c) 6.567
- d) 5.362
- e) 6.446.

5. FCC – DPE/RS – 2017)

No fluxo de renda de uma economia, a organização do processo de produção que cria bens e serviços é atribuída

- a) às famílias.
- b) aos consumidores.
- c) às famílias e aos consumidores.
- d) às empresas.
- e) às famílias locais e dos outros países.

6. FCC – DPE/RS – 2017)

O total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes do país, destinados ao consumo final, corresponde ao conceito de

- a) renda nacional bruta.
- b) valor adicionado líquido pelas unidades residentes e não residentes.
- c) produto interno bruto.
- d) renda disponível bruta.
- e) poupança bruta.

7. FCC – ELETROSUL – 2016)

Com relação às Contas Nacionais, considere as seguintes afirmações:

- I. O Produto Interno Bruto caracteriza o volume de valor adicionado pelos residentes no país.
- II. A Renda Nacional Bruta define a produção realizada no território nacional, sem considerar a origem dos fatores de produção.
- III. O Produto Interno Líquido é calculado somando-se a depreciação ao Produto Interno Bruto.
- IV. O Investimento Bruto se decompõe em Formação Bruta de Capital Fixo e Variação de Estoques.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) IV, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

8. FCC – COPERGAS – 2016)

Com relação ao Produto Interno Bruto – PIB, é correto afirmar:

- a) Representa o valor adicionado gerado pelos residentes no país.
- b) Quando a ele adicionamos a depreciação, obtemos o produto líquido.
- c) É o total do preço dos bens finais colocados à disposição dos consumidores, em um período.
- d) É calculado da mesma forma que a Renda Nacional Bruta.
- e) Caracteriza a produção alcançada em território nacional, independentemente da origem dos fatores de produção.

9. FCC – ARSETE – 2016)

Uma forma de compreendermos o funcionamento de uma economia se dá por meio do chamado “fluxo circular da renda”, onde

- a) os bens e serviços finais são fornecidos pelas famílias às empresas.
- b) o fluxo monetário fica restrito no sentido das famílias para as empresas.
- c) os agentes da sociedade se organizam como produtores e como consumidores.
- d) o processo de produção que cria bens e serviços é organizado pelas famílias.
- e) o fluxo material depende das famílias e não depende das empresas.

10. FCC – ARSETE – 2016)

Um critério utilizado nas contas nacionais, no Brasil, é a aplicação do conceito de “preços de consumidor”, que são iguais aos preços básicos

- a) menos impostos sobre produtos e importação e mais margens de comércio e transporte.
- b) mais impostos sobre produtos e importação e mais margens de comércio e transporte.
- c) mais impostos sobre produtos e importação e menos margens de comércio e transporte.
- d) menos impostos sobre produtos e importação.
- e) mais margens de comércio e transporte.

11. FCC – ARSETE – 2016)

Considere os resultados relativos às contas nacionais de 2015, do Brasil, fornecidos pelo IBGE (valores em R\$ 1.000.000.000,00):

Ordenados e salários (líquidos recebidos do exterior)	1
Renda nacional disponível bruta	5.783
Rendas de propriedade (líquidas recebidas do exterior)	-130
Produto Interno Bruto – PIB	5.904
Renda nacional bruta	5.775
Despesa de consumo final	4.934
Outras transferências correntes (líquidas recebidas do exterior)	8

O valor da poupança bruta formada no ano foi de (em R\$ 1.000.000.000,00):

- a) 970.
- b) 849.
- c) 841.
- d) 857.
- e) 859.

12. FCC – AL/MS – 2016)

Nas contas nacionais, o valor do Produto Interno Bruto – PIB pode ser visto sob as óticas da produção, da demanda e da renda. Quando expressa a produção, o valor é igual

- a) à despesa de consumo das famílias, mais o consumo do governo.
- b) ao consumo das famílias menos o consumo do governo, mais o consumo intermediário, a preços de consumidor.
- c) ao valor bruto da produção, a preços básicos, menos o consumo intermediário, a preços de consumidor, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos.
- d) ao total da renda das empresas, menos o total dos impostos.
- e) à remuneração dos empregados, mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação.

13. FCC – AL/MS – 2016)

Considere as seguintes conceituações na metodologia das contas nacionais:

- I. Renda de propriedade é a renda recebida pelo proprietário e paga pelo utilizador de um ativo.
- II. Unidade residente é a unidade que mantém o centro de interesse econômico predominante no território econômico, realizando, sem caráter temporário, atividades econômicas nesse território.
- III. Transferências de capital são transferências de recursos, sem contrapartida de bens e serviços, destinadas a gastos correntes.
- IV. Renda disponível bruta é igual ao produto interno bruto mais as transferências de capital ao resto do mundo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) III e IV.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I e IV.
- e) II e IV.

14. FCC – AL/MS – 2016)

As contas nacionais do Brasil relativas ao primeiro trimestre de 2016, conforme dados divulgados pelo IBGE (valores em R\$ milhões), apresentaram os seguintes números:

Ordenados e salários (líquidos recebidos do exterior)	234
Despesa de consumo final	1.229.402
Rendas de propriedade (líquidas recebidas do exterior)	-35.921
Poupança bruta	211.430
Renda nacional bruta	1.438.150

Considerando essas informações, o valor do Produto Interno Bruto – PIB do período, em R\$ milhões, foi de

- a) 1.473.837.
- b) 1.262.407.
- c) 2.420.435.
- d) 1.018.206.
- e) 1.685.267.

15. FCC – PGE/MT – 2016)

O conceito de produto interno bruto

- a) incorpora a produção de bens e serviços realizada por residentes, que são somados aos bens e serviços produzidos pelos não residentes.
- b) é dado pelos bens e serviços de consumo intermediário somados aos bens e serviços produzidos pelos residentes.
- c) deduz os impostos sobre o total dos bens e serviços produzidos para o consumo intermediário.
- d) considera, como unidade residente, aquela que mantém o centro de interesse econômico predominante no território econômico, realizando, sem caráter temporário, atividades econômicas nesse território.
- e) é definido como os bens e serviços produzidos para o consumo final, deduzida a depreciação.

16. FCC – PGE/MT – 2016)

o considerar a igualdade " $I = S + (T - G) + (M - X)$ ", a expressão " $(M - X)$ " representa

- a) o esforço de investimento que é somado à poupança interna.
- b) o resultado da balança de bens.
- c) uma contribuição positiva ao volume de investimentos quando as exportações são maiores que as importações.
- d) uma transferência de poupança da economia local para o resto do mundo.
- e) uma poupança interna pública menor que a poupança interna privada.

17. FCC – TCE/AM - 2015)

Em macroeconomia, sabendo que: Y é o Produto Interno Bruto (PIB), C é o consumo das famílias, I é investimento privado, G são os gastos do governo, X são as exportações e M são as importações, a identidade macroeconômica básica, também conhecida como equação do PIB pelo lado da demanda, é dada por:

- a) $Y=C+G+I$
- b) $Y=C+G+I-(X-M)$
- c) $Y=C+G+I+(X-M)$
- d) $Y=C+G+I+(M-X)$
- e) $Y=C+X+I-(G-M)$.

18. FCC – MANAUSPREV - 2015)

Considere uma economia aberta em que o governo recolha impostos e efetue gastos. A Contabilidade Nacional pode ser sucintamente representada pela seguinte relação: $Y = C + I + G + X - M$, em que as variáveis representam, respectivamente, a renda interna bruta, o consumo agregado, o investimento, os gastos do governo, as exportações e as importações. Essa equação

- a) indica o produto interno líquido, pois os impostos não estão contabilizados, isto é, já foram deduzidos dos valores brutos.
- b) denota o produto nacional bruto, uma vez que desconta o valor das importações.
- c) representa o equilíbrio macroeconômico fundamental, em que a diferença entre o valor dos investimentos e do consumo sinaliza a remessa de rendas de residentes estrangeiros para suas famílias no exterior.
- d) revela a necessidade de poupança externa como o diferencial entre os valores das importações e exportações, indicado pela relação, após algum rearranjo algébrico, $S - I = X - M$, em que S contempla tanto a poupança pública quanto a privada.
- e) exprime a mensuração do PIB pela ótica da renda, uma vez que o consumo apenas pode existir se houver renda.

19. FCC – SEFAZ/RJ – 2014)

O Produto Interno Bruto – PIB a preços de mercado mede o total dos bens e serviços produzidos pelas unidades residentes que têm como destino um uso final (exclui consumo intermediário). Considerando-se a ótica de mensuração do PIB pela demanda, é correto afirmar que o seu cômputo é dado:

- (A) pela despesa de consumo final mais o total de impostos, líquidos de subsídios sobre a produção e a importação, mais a formação bruta de capital fixo, mais a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços.
- (B) pelo valor da produção menos o consumo intermediário, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos no valor da produção.
- (C) pela remuneração dos empregados mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto.
- (D) pela despesa de consumo final mais a formação bruta de capital fixo, mais a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços.
- (E) pelo valor da produção menos o consumo intermediário, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos no valor da produção, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços.

20. FCC – SEFAZ/SP – 2013)

A tabela a seguir apresenta os índices de produto nominal e de produto real de um determinado país, relativos a seu Produto Interno Bruto (PIB):

	Produto Nominal	Produto Real
2009	100	100
2010	110	104
2011	125	108
2012	138	115

É correto afirmar que o

- (A) índice do deflator do PIB do ano de 2010, tomando-se o ano 2009 como base 100, foi superior a 106.
- (B) crescimento real da economia em 2011 foi exatamente 4%.
- (C) índice do deflator do PIB aumentou 20% no período de 2009 a 2012.
- (D) crescimento real da economia em 2012 foi inferior ao de 2010.
- (E) produto real da economia aumentou mais de 15% no período.

21. FCC – SEFAZ/SP – 2013)

Uma economia apresentou os seguintes valores de seus agregados macroeconômicos, em \$ milhões:

Produto Nacional Líquido a custo de fatores 7.900

Produto Interno Bruto a preços de mercado 10.500

Produto Nacional Líquido a preços de mercado 9.100

Produto Nacional Bruto a custo de fatores 8.400

Com essas informações, é correto afirmar que o valor, em \$ milhões,

- (A) da renda líquida enviada para o exterior foi 1.100.
- (B) dos impostos líquidos de subsídios foi 1.200.
- (C) da depreciação foi 900.
- (D) do PNB a preços de mercado foi 9.500.
- (E) do PIB a custo de fatores foi 9.600.

22. FCC – FHEMIG – 2013)

Considere os dados, expressos na tabela abaixo, de um país hipotético, com economia fechada, que produz apenas três bens.

Os valores estão expressos em milhares de Reais:

Bens (estágio produtivo)	Salários	Juros	Aluguéis	Lucros
Bauxita (minério)	150,00	125,00	130,00	250,00
Chapa de Alumínio	200,00	120,00	70,00	150,00
Lata de Refrigerante	175,00	55,00	80,00	200,00

O valor do Produto Nacional Bruto (PNB) deste país, em milhares de Reais, e a descrição correta do método utilizado para seu cálculo são, respectivamente,

- (A) 510,00; método dos rendimentos dos fatores de produção.
- (B) 1.705,00; método dos preços multiplicados pelas quantidades.
- (C) 1.020,00; método da demanda agregada.
- (D) 1.705,00; método da renda.
- (E) 510,00; método do valor adicionado.

23. FCC – DPE/RS – 2013)

Em uma economia, a renda líquida recebida do exterior é superior, em valor absoluto, ao montante da depreciação do estoque de capital da economia. Portanto, o Produto

- (A) Interno Bruto é maior que o Produto Nacional Bruto.
- (B) Nacional Bruto é menor que o Produto Nacional Líquido.
- (C) medido a preços de mercado é menor que o Produto medido a custo de fatores.
- (D) Interno Líquido é maior que o Produto Nacional Bruto.
- (E) Nacional Líquido é maior que o Produto Interno Bruto.

24. FCC – ISS/SP – 2012)

Em um país hipotético, o PIB nominal, em bilhões de unidades monetárias, e o índice geral de preços (IGP) são os apresentados na tabela a seguir:

Ano	PIB nominal	IGP
2006	1.000,00	100,00
2007	1.070,00	106,00
2008	1.123,50	109,18
2009	1.150,00	115,00
2010	1.207,50	121,90

Para este país,

- (A) em 2010, o PIB apresentou crescimento real comparativamente a 2009.
- (B) a partir de 2007, houve recessão na economia em termos nominais.
- (C) entre 2006 e 2007, o PIB apresentou variação real negativa.
- (D) a partir de 2008, houve crescimento real ininterrupto do PIB.
- (E) os valores do PIB em 2006 e 2009 são equivalentes, ambos medidos a preços de 2009.

25. FCC – ISS/SP – 2012)

Em uma economia, o valor do Produto Nacional Líquido foi maior que o do Produto Interno Bruto, ambos medidos a preços de mercado. Nessa economia, necessariamente, o valor

- a) dos impostos diretos foi superior ao da renda líquida recebida do exterior.
- b) da renda enviada para o exterior foi maior que o da recebida.
- c) da depreciação foi igual a zero, ou seja, o estoque de capital da economia não se desgastou no período.
- d) dos impostos indiretos líquidos dos subsídios foi superior ao da renda líquida enviada para o exterior.
- e) da renda líquida recebida do exterior foi superior ao da depreciação.

26. FCC – ISS/SP – 2012)

Foram extraídos os seguintes dados, em milhões de reais, referentes às Contas Nacionais do Brasil em um determinado ano-calendário:

Consumo Final.....	2.666.752
Exportação de Bens e Serviços.....	355.653
Consumo Intermediário.....	2.686.362
Formação Bruta de Capital Fixo	585.317
Variação de Estoques (negativa)	(7.471)
Produto Interno Bruto a preços de mercado	3.239.404

O valor da importação de bens e serviços, em milhões de reais, nesse mesmo ano, correspondeu a

- a) 351.479.
- b) 353.376.
- c) 380.457.
- d) 375.789.
- e) 360.847.

27. FCC – ARCE – 2012)

É correto afirmar:

- a) Se o Produto Interno Bruto é menor que o Produto Nacional Líquido, a renda recebida do exterior é menor que o valor da depreciação do estoque de capital fixo da economia.
- b) O Produto Nacional Líquido medido a preços de mercado é seguramente menor que o Produto Interno Bruto medido a custo de fatores de uma economia.
- c) O Produto Interno Bruto corresponde ao somatório do valor de produção de todos os bens e serviços de uma economia em determinado intervalo de tempo.
- d) Se o Produto Interno Líquido a preços de mercado é maior que o Produto Nacional Bruto a custo de fatores, então o valor dos impostos diretos líquidos de subsídios é maior que o valor da depreciação do estoque de capital fixo da economia.
- e) O Produto Nacional Líquido a custo de fatores corresponde à Renda Nacional de uma economia.

28. FCC – MPEAP – 2012)

O Produto Interno Bruto (PIB) de uma economia, numa determinada unidade de tempo, é igual ao somatório do valor de todos os bens

- a) intermediários fabricados pela economia.
- b) e serviços finais produzidos pela economia.
- c) e serviços fabricados pelo setor primário da economia.
- d) e serviços importados.
- e) e serviços produzidos pela economia.

29. FCC – MPEAP – 2012)

Os dados abaixo, relativos ao ano de 2009 e expressos em milhões de reais, foram extraídos do Sistema de Contas Nacionais do Brasil, elaborado pela Fundação IBGE.

Despesa de consumo final	2.666.752
Formação Bruta de Capital	577.846
Exportação de Bens e Serviços.....	355.653
Importação de Bens e Serviços	360.847

O Produto Interno Bruto da economia brasileira nesse mesmo ano foi, em milhões de reais, igual a

- a) 3.239.404
- b) 3.601.251
- c) 3.244.598

d) 3.254.986

e) 4.061.098.

30. FCC – TCE/PR – 2011)

Os seguintes dados foram extraídos das Contas Nacionais de um país (em milhões de unidades monetárias):

Importação de bens e serviços não fatores	1.750
Varição de estoques	250
Formação bruta de capital fixo.....	2.300
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	14.700
Exportação de bens e serviços não fatores	2.500
Impostos indiretos.....	2.900
Subsídios	380

O Consumo Final da Economia (das Famílias e da Administração Pública) nesse país correspondeu, em milhões de unidades monetárias, a

(A) 11.020.

(B) 11.400.

(C) 11.650.

(D) 14.300.

(E) 13.920.

31. FCC – INFRAERO – 2011)

No ano de 2010, o PIB de um determinado país totalizou 2,55 trilhões de unidades monetárias e o PNB totalizou 2,35 trilhões de unidades monetárias, sendo ambos os agregados medidos a preços de mercado. Isso significa que, no período, foi de 200 milhões de unidades monetárias

(A) a depreciação do estoque de capital.

(B) o saldo comercial superavitário.

(C) o saldo comercial deficitário.

(D) a arrecadação de impostos indiretos, líquida de subsídios.

(E) a renda líquida de fatores de produção enviada para o exterior.

32. FCC – COPERGAS – 2011)

Em um determinado país foram apurados os seguintes agregados macroeconômicos no ano de 2010:

Consumo das Famílias:	\$ 1.200 milhões
Investimentos Totais:	\$ 250 milhões
Consumo do Governo:.....	\$ 550 milhões
Export. Bens e Serviços que não são Fatores de Produção: \$	800 milhões
Import. Bens e Serviços que não são Fatores de Produção: \$	650 milhões
Renda Líquida Recebida do Exterior:	\$ 50 milhões
Depreciação do Estoque de Capital:	\$ 150 milhões
Impostos Diretos:	\$ 100 milhões
Impostos Indiretos:	\$ 350 milhões
Subsídios:	\$ 50 milhões

Para este país, o PIB medido a custo de fatores foi de

- (A) \$ 2.000 milhões.
- (B) \$ 2.150 milhões.
- (C) \$ 2.200 milhões.
- (D) \$ 1.850 milhões.
- (E) \$ 1.750 milhões.

33. FCC – METRO/SP – 2010)

Em uma economia, o produto nominal entre dois anos consecutivos aumentou 5%. Sabendo-se que o índice geral de preços, no mesmo período, decresceu 6%, o crescimento do produto real da economia no período foi

- (A) negativo.
- (B) de 1%.
- (C) de aproximadamente 11,7%.
- (D) de 0,7%.
- (E) de 11%.

Gabarito

- | | | |
|-------|-------|-------|
| 1. B | 12. C | 23. E |
| 2. E | 13. B | 24. E |
| 3. B | 14. A | 25. E |
| 4. E | 15. D | 26. E |
| 5. D | 16. A | 27. E |
| 6. C | 17. C | 28. B |
| 7. D | 18. D | 29. A |
| 8. X | 19. D | 30. B |
| 9. C | 20. C | 31. E |
| 10. B | 21. B | 32. D |
| 11. B | 22. D | 33. C |

Resumo direcionado

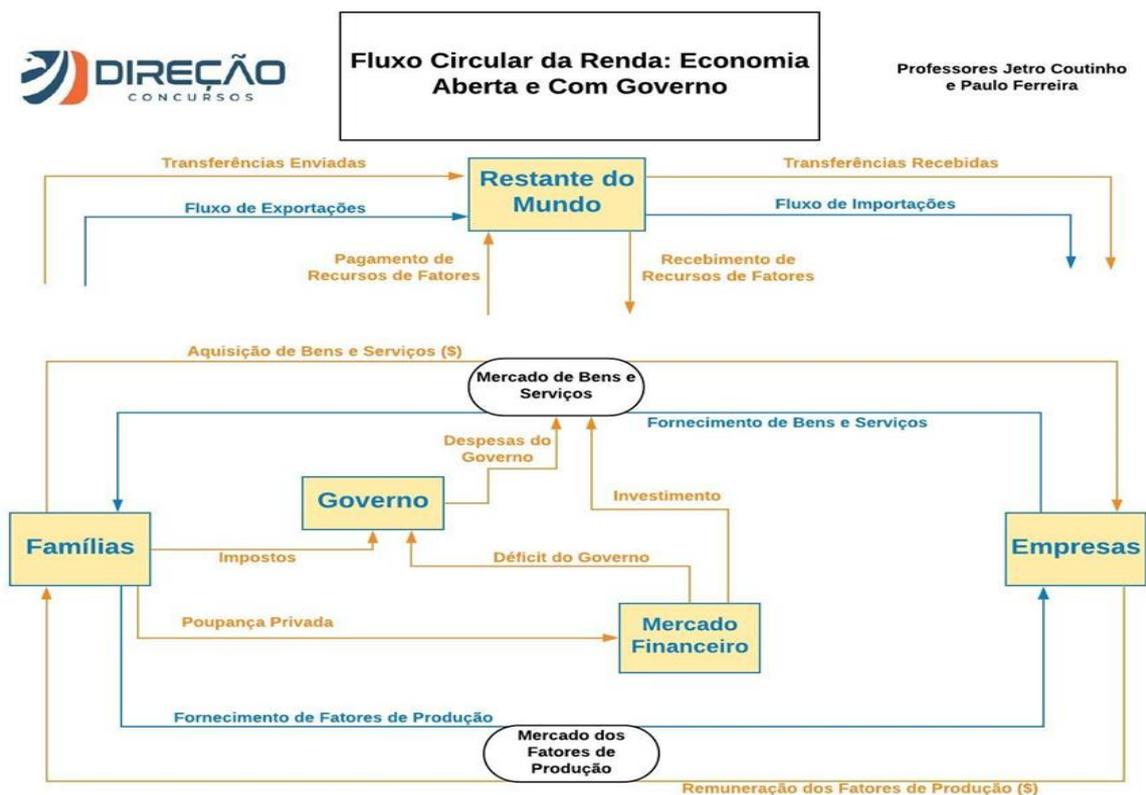
Contas Nacionais:

- Medem o desempenho de uma Economia;
- Fornecem base de comparação entre os desempenhos econômicos dos diversos países;

Objetivos da política macroeconômica:

- Alto nível de emprego;
- Estabilidade de preços;
- Distribuição da renda;
- Crescimento econômico.
- Há custo de oportunidade entre os objetivos.

Fluxo Circular da Renda (mais completo - economia aberta e com governo):



Identidade Macroeconômica Básica:

- $PRODUTO = RENDA = DESPESA.$

Economia fechada e sem Governo

- Produto: O PIB é o total em valores monetários dos bens e serviços finais produzidos em um país em um determinado período de tempo. Variável fluxo.

- Renda: $Y = j + a + I + s$
- Despesa Agregada (Demanda Agregada): Demanda Agregada = $C + I$
- Investimento: $I = FBCF + \Delta E$
- Poupança: $S = Sp$
- Investimento = Poupança

Economia fechada e com governo::

- Produto: $PIB_{pm} = PIB_{cf} + \text{Impostos Indiretos} - \text{Subsídios}$
- Renda: $Y = j + a + I + s + t$
- Renda Líquida do Governo: $RLG = ID + II + CS + Tx + ORG - \text{Trans.} - \text{Sub.}$
- $RIB = PIB_{cf}$
- Demanda Agregada: $DA = C + I + G$
- Investimento: $I = I_p + I_g$
- Poupança: $S = S_p + S_g$
- Investimento = Poupança

Economia aberta e com governo:

- Produto e Renda: $PIB = PNB \pm RLEE$
- $RNB = PNB_{cf}$
- Demanda Agregada: $DA = C + I + G + (X - M)$
- Investimento: $I = I_p + I_g$
- Poupança: $S = S_p + S_g + S_{ext}$
- Poupança Externa: $S_{ext} = M - X + RLEE$
- Investimento = Poupança

Conceitos Adicionais:

- Renda Nacional Disponível: $RND = RNB + \text{Transf.}$
- Renda Pessoal: $RP = RND - \text{lucros retidos pelas empresas} - \text{ID sobre as empresas} - \text{ORG}$
- Renda Pessoal Disponível: $RPD = RP - \text{impostos diretos sobre as famílias.}$

Bruto x Líquido:

- Líquido = Bruto - Depreciação

Produto Real, Produto Nominal e Deflator:

- O PIB nominal é aquele medido a preços correntes (considera alterações nos preços).
- O PIB real é aquele medido a preços constantes (não considera alterações nos preços).
- *Deflator Implícito* = $\frac{PIB \text{ Nominal}}{PIB \text{ Real}}$